

Sumário

Número de notícias: 40 | Número de veículos: 28

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Guedes cede a Bolsonaro e pede ao Congresso R\$ 2,5 bi para reajustes..... 4

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Empresas vão ter 15 anos para quitar dívida..... 6

O DIA - TERESINA - PI - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

DEPUTADO Júlio César diz que sistema tributário brasileiro deve ser reavaliado urgentemente..... 7

O ESTADO - FORTALEZA - CE - OPINIÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Certificação estreita relações entre empresas e Receita Federal (Artigo)..... 8

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Promulgada PEC que garante espaço fiscal..... 9

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Aposentadorias: reajuste de 10%..... 10

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Teto do INSS poderá chegar a R\$ 7.077 no próximo ano..... 11

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Congresso promulga Emenda Constitucional..... 13

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Parcelamento de dívidas das MPEs é aprovada..... 14

DIÁRIO DO GRANDE ABC - SANTO ANDRÉ - SP - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Desoneração fiscal: quem lucra com isso? - ABC DA ECONOMIA..... 15

EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - GANHE MAIS
SEGURIDADE SOCIAL

Barrada em 2016, 'desaposeitação' pode virar lei..... 17

PORTAL UOL - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

Antes de culpar o algoritmo, saiba como é seu próprio processo de escolha..... 18

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
SERVIDOR PÚBLICO

R\$ 2,8 bi para salários de policiais federais..... 20

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SERVIDOR PÚBLICO

Congresso corre para aprovar "bondades" antes do ano eleitoral..... 21

DIÁRIO DO GRANDE ABC - SANTO ANDRÉ - SP - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Guedes cede e pede R\$ 2,86 bi para reajuste a policiais federais.....	23
O DIA - RIO DE JANEIRO - RJ - COLUNAS SERVIDOR PÚBLICO	
A destruição ambiental da Amazônia e a Europa - COLUNA DO EMBAIXADOR.....	24
CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Refis é aprovado.....	26
A TRIBUNA - ES - ECONOMIA SEGURIDADE SOCIAL	
Reforma pode deixar 380 mil no Estado isentos do IR.....	27
CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Jogo com ajudinha religiosa.....	29
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
O País entrou mal no período de Festas (Editorial).....	30
ZERO HORA - RS - ARTIGOS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
JUSTIÇA SOCIAL OU RESPONSABILIDADE FISCAL? (Artigo).....	31
A TRIBUNA - ES - ECONOMIA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Urgência para legalizar cassino e jogo do bicho.....	32
EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - GANHE MAIS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Benefício para MEIs e empresas.....	33
CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA ECONOMIA	
Doria põe mulheres na economia.....	34
CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS ECONOMIA	
Risco-Brasil sobe e escancara falta de agenda positiva do governo - MERCADO S/A.....	35
CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS ECONOMIA	
Juros: BC endurece discurso.....	36
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
Auxílio Brasil vai ajudar economia em 2022 difícil, diz ministro.....	37
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
PEC pode dar até R\$ 35,5 bi para Bolsonaro elevar gastos em ano eleitoral.....	38
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
Após dispensa de Guedes, FMI fechará escritório no país.....	40
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
Explicando a recessão de 2014-16 - NELSON BARBOSA.....	41
FOLHA DE S. PAULO - SP - FOLHA MAIS ECONOMIA	

Brasileiro consome 8,6 quilos a menos de carne em relação ao ano passado - VAIVÉM DAS COMMODITIES	42
.....	
O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES ECONOMIA	
A passeata de Guedes contra o FMI (Editorial)	44
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Pacote eleitoral pode superar R\$ 90 bi	46
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
A saúde das contas externas - CELSO MING	47
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
BC reduz projeção de crescimento em 2022 para 1%	48
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Inglaterra é o 1º país rico a subir juro para conter inflação	49
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Emergentes como o Brasil sofrem impacto	50
CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - ECONOMIA ECONOMIA	
Banco Central aponta inflação de 2 dígitos - DIRETO AO PONTO	51
DIÁRIO DA MANHÃ - GO - COTIDIANO ECONOMIA	
Produtores rurais pedem cautela para 2022	52
DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - INTERNACIONAL ECONOMIA	
BCs globais percorrem caminhos distintos	53

Guedes cede a Bolsonaro e pede ao Congresso R\$ 2,5 bi para reajustes

Idiana Tomazelli

O ministro da Economia, Paulo Guedes, cedeu aos pedidos do presidente Jair Bolsonaro (PL) e solicitou ao Congresso que reserve R\$2,5 bilhões no Orçamento de 2022 para conceder reajustes salariais em ano eleitoral.

O ofício, antecipado pela Folha, não cita as categorias contempladas. O chefe do Executivo, no entanto, já sinalizou que as corporações policiais do governo federal serão atendidas.

"Não é bom falar antes de as coisas acontecerem. Mas temos reunião com a equipe econômica para discutir uma coisa que interessa a todos vocês", disse Bolsonaro na terça-feira (14) em evento no Palácio do Planalto sobre ações da PRF (Polícia Rodoviária Federal) nas estradas.

No documento, Guedes deixa claro que a reserva é necessária "tendo em vista a decisão do presidente da República quanto à reestruturação de determinadas carreiras do Poder Executivo Federal".

O ofício foi encaminhado ao relator do Orçamento, deputado Hugo Leal (PSD-RJ), que pode ou não incorporar o pedido em seu parecer, que deve ser apresentado na segunda-feira (20).

A aliados o relator chegou a sinalizar que tentaria reduzir o impacto da medida a R\$ 1,4 bilhão. Mas as categorias têm reforçado a pressão pelo reajuste.

Na terça, Bolsonaro tratou do assunto em reunião no Planalto com o ministro da Justiça, Anderson Torres, os diretores-gerais da PF (Polícia Federal), Paulo Maiurino, da PRF (Polícia Rodoviária Federal), Silvinei Marques, e do Depen (Departamento Penitenciário), Tânia Fogaça.

Um dia antes, Torres e os chefes das corporações foram ao Ministério da Economia conversar com Guedes sobre a proposta.

Os cálculos do Ministério da Justiça apontavam um custo de R\$ 2,8 bilhões para implementar a reestruturação das carreiras. A despesa até 2024 foi estimada em R\$ 11 bilhões.

No ofício do Ministério da Economia, Guedes trata da necessidade de reservar R\$ 2,5 bilhões para despesas primárias, que afetam o teto de gastos, a regra que limita o avanço das despesas à variação da inflação.

Outros R\$ 355 milhões são despesas financeiras, que não se sujeitam ao teto. Elas bancarão a contribuição da União para o regime previdenciário desses servidores.

A equipe econômica também informou ao relator que é preciso incluir no Orçamento uma autorização específica para a reestruturação das carreiras. Essa é uma exigência da Constituição e da LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Como mostrou a Folha, Bolsonaro entrou em campo para garantir o reajuste a essas corporações, que fazem parte da sua base de apoio, em um momento em que elas mostram insatisfação com o governo.

Segundo auxiliares palacianos, os policiais se queixam de que, apesar de estarem próximos ao presidente, não tiveram benefícios durante os três anos de governo, como os militares.

O reajuste mais recente dado a essas carreiras foi aprovado ainda no governo Michel **Temer** (MDB) e entrou em vigor em 1º de janeiro de 2019.

Apesar das reclamações, as categorias policiais do governo federal estão entre os maiores salários da Esplanada.

Na PF, a remuneração de um agente vai de R\$ 12.522,50 a R\$ 18.651,79 mensais, segundo o Painel Estatístico de Pessoal do governo federal. Os delegados ganham de R\$ 23.692,74 a R\$30.936,91.

Na PRF, os vencimentos vão de R\$ 9.899,88 a R\$ 16.552,34 mensais. Agentes do Depen, por sua vez, têm remuneração entre R\$ 5.572,23 e R\$ 10.357,30.

Das três corporações, a proposta que está mais encaminhada é a do Depen, que já teria sido construída com o Ministério da Economia nos últimos meses. Mas a ideia é que todas as três reestruturações -e reajustes- sejam anunciadas conjuntamente.

De acordo com relatos de quem acompanha as discussões, a ideia para os policiais federais é implementar um padrão de promoção escalonada de carreira, a cada cinco anos. O objetivo seria evitar a evasão na carreira.

Já a PRF teria a mais radical mudança na estrutura da carreira, segundo o plano do ministério de Torres, também com impacto salarial.

No caso do Depen, a ideia é transformar o cargo de agente federal de execução penal em policial penal federal, vinculado ao ministério, mudando inteiramente a carreira.

Para acomodar o gasto adicional com a reestruturação das carreiras policiais dentro do teto de gastos, o Ministério da Economia vê necessidade de cortar outras despesas no Orçamento.

No ofício, Guedes ressalta a necessidade de respeitar o teto, que limita o avanço das despesas à variação da **inflação**.

A própria definição de um valor para a reestruturação de carreiras, por meio de ofício, é uma tentativa da equipe econômica de limitar a ampliação de gastos nessa frente.

Nesta quinta-feira (16), porém, a IFI (Instituição Fiscal Independente) do Senado apontou um espaço de R\$ 35,5 bilhões para Bolsonaro gastar livremente em ano eleitoral (leia mais na pág. A16).

No Ministério da Economia, os técnicos reconhecem que o indicativo de reajuste aos policiais pode acabar reforçando a pressão de outras categorias pelo mesmo tratamento.

Embora o governo solicite agora a inclusão da reserva no Orçamento de 2022, a implementação dos reajustes ainda pode levar tempo.

Após a aprovação e a sanção da peça orçamentária, o Executivo deve enviar um projeto de lei propondo a reestruturação das carreiras.

O texto precisa passar por Câmara e Senado antes de ser sancionado por Bolsonaro. Os reajustes seriam aplicados apenas depois dessas etapas.

Por isso, para integrantes da Economia, a tendência é que qualquer reestruturação só tenha efeitos financeiros a partir de maio de 2022.

O ministro da Justiça chegou a sugerir na terça a edição de uma medida provisória, que teria vigência imediata.

O pedido, porém, enfrenta a resistência de técnicos da Economia. Na avaliação deles, um reajuste salarial não atende aos requisitos de relevância e urgência para que o presidente assine uma medida com força de lei.

Apesar disso, outros reajustes a categorias de servidores já foram concedidos via media provisória, como para auditores fiscais da **Receita Federal**, no fim de 2016.

Após flexões, Procuradoria do Trabalho notifica presidente da Caixa

O MPT (Ministério Público do Trabalho) enviou nesta quinta (16) notificação ao presidente da Caixa, Pedro Guimarães, na qual recomenda que ele não submeta os empregados do banco público a flexões de braço e "a outras situações de constrangimento no trabalho". Na terça (14), durante evento anual chamado Nação Caixa, Guimarães obrigou executivos do banco público a fazer flexões e dar estrelas, como ginastas olímpicos. Paulo Neto, procurador do trabalho no Distrito Federal e que assina o documento, cita, na recomendação, precedente do TST (Tribunal Superior do Trabalho) que considerou abusiva e reprovável a conduta de empregador que determinou que o empregado fizesse flexões de braço. Ele diz também que o "assédio moral é uma violência psicológica, tendo o condão de produzir graves consequências à saúde mental dos trabalhadores".

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49762&anchor=6447314&pd=f78b615f197e1113ca2012123080368a>

Empresas vão ter 15 anos para quitar dívida

A Câmara dos Deputados aprovou o projeto que permite a renegociação de dívidas para empresas que se enquadram no Simples. O programa de parcelamento para empreendedores individuais, micro e pequenas empresas, tem potencial para renegociar R\$ 50 bilhões em dívidas. Foram 382 votos favoráveis e 10 contrários.

O projeto, relatado pelo deputado Marco Bertaiolli (PSD-SP), já havia sido aprovado no Senado e será encaminhado para sanção presidencial.

Além deste texto, também deve ser avaliado pelos deputados o projeto que reabre o prazo para devedores da **Receita Federal** aderirem ao Programa Especial de Regularização Tributária

Os textos desagradam a equipe econômica, mas os parlamentares costuraram acordo para colocar na pauta de votação do dia.

Relator da proposta, o deputado Bertaiolli comemorou a aprovação do texto e diz acreditar "em rápida sanção da proposta pelo presidente Jair Bolsonaro.

Pela proposta, aqueles que aderirem ao refinanciamento terão de pagar uma entrada, que pode ser parcelada em até oito vezes, e quitai" o restante da dívida em até 180 meses (15 anos) com descontos proporcionais ao tamanho da queda do faturamento.

O "tamanho" da entrada varia entre 1% e 12,5% do valor da dívida. Já os descontos sobre esse montante serão concedidos de acordo com a queda do faturamento. Quanto maior essa redução, maior será o desconto.

O projeto estabelece um escalonamento para empresas que não tiveram redução do faturamento até as que perderam mais de 80% dos ganhos. Os descontos variam entre 65% a 90% para o valor da multa e juros de mora e de 75% a 100% para os encargos.

DEPUTADO Júlio César diz que sistema tributário brasileiro deve ser reavaliado urgentemente

O presidente da Comissão de Finanças e Tributação, deputado Júlio César (PSD/PI) disse nesta quarta-feira (15), durante audiência com representantes dos cinco maiores bancos brasileiros, realizada na Câmara dos Deputados, que o governo precisa considerar uma maior taxaço para os bancos brasileiros.

Segundo o demonstrativo da **Receita Federal** sobre o exercício dos cinco maiores bancos brasileiros em 2020 o ativo total dos bancos é de R\$ 7,9 trilhões, maior que o **PIB** brasileiro. Só o rendimento foi de mais de R\$ 350 bilhões. "Eu pedi à Receita a tributação do sistema financeiro, o lucro contábil real foi de R\$149 bilhões, o sistema financeiro só paga 11%, enquanto outros setores o lucro contábil é de 19%. Como viver em um país com o **PIB** em queda, a pobreza crescendo e a **inflação** aumentando e não se pensar em uma proporcionalidade nessa tributação, é surreal", disse Júlio César.

O Banco Central e o Conselho Monetário Nacional (CMN) adotaram medidas visando dar maior liquidez ao Sistema Financeiro Nacional (SFN) para enfrentar os efeitos da pandemia de Covid-19, com o objetivo de evitar que, diante de um cenário adverso, os bancos retraíssem o crédito, como ocorreu em crises anteriores.

Foram anunciadas medidas com o potencial de ampliar a liquidez do Sistema Financeiro em R\$ 1,274 trilhão, o equivalente a 17,5% do Produto Interno Bruto (**PIB**).

Contudo, na contramão desses estímulos e dos resultados positivos em 2020 essas instituições fecharam mais de 1.364 agências bancárias em todo país, reduzindo mais de 11 mil postos de trabalho.

"Mesmo em um ano marcado por uma pandemia e a maior queda do **PIB** brasileiro desde o início da série histórica, os maiores bancos brasileiros mantiveram um alto patamar de lucratividade, em 2020, devido à forte incidência de créditos tributários, queda na despesa de pessoal, redução de agências e ampliação da utilização de canais digitais", finalizou.

Site: <https://odia.presslab.com.br/>

Certificação estreita relações entre empresas e Receita Federal (Artigo)

APOLO VIEIRA CEO DA MAGNUM TIRES

Os processos que fazem parte do comércio internacional são fundamentais para a movimentação da economia. Dados do Ministério da Economia mostram que a corrente de comércio brasileira (importação e exportação) movimentou US\$ 44,246 bilhões só em setembro de 2021. No entanto, as operações de importação e exportação costumam ser burocráticas e, assim, exigem caminhos que facilitem as suas execuções. O governo brasileiro pensou nisso e atualmente existe a certificação OEA (Operador Econômico Autorizado) que tem por objetivo fornecer direitos garantidos para otimizar e estreitar a relação com a **Receita Federal**.

De acordo com o último relatório da **Receita Federal**, apenas 581 certificados foram emitidos neste ano. O que mostra que atingir os critérios para obter a certificação não é tão simples. Um dos grandes benefícios do certificado é a agilidade e redução de custos no fluxo internacional. As companhias certificadas ganham espaço na deliberação e participação em questões de mercado, já que as empresas passam a ter voz ativa nas decisões do comércio exterior, com a participação nos fóruns, por exemplo.

Também podemos listar que a certificação implica em resposta à consulta de classificação fiscal na **Receita Federal** em até 40 dias, desobrigação de garantia na admissão temporária para utilização econômica, registro antecipado da declaração de importação por meio aquaviário, dentre outros. A Magnum Tires, que é a maior importadora de pneus e câmaras de ar do País, recebeu a certificação e esse é um marco para o desenvolvimento do setor de autos no cenário nacional. Isso porque a certificação, além de aproximar a companhia com a **Receita Federal**, representa aumento de vendas e de produtividade, aumento de market share e toda uma aceleração na grande roda da economia. Exemplo disso é que no primeiro semestre de 2021 a empresa cresceu mais de 48% em comparação com o mesmo período do ano passado e a tendência, com a certificação, é que em 2022 as operações cresçam ainda mais. Ou seja, a certificação reverbera diretamente no aquecimento do mercado interno com a valorização dos componentes da indústria e do comércio.

APOLO VIEIRA CEO DA MAGNUM TIRES

Site: https://issuu.com/oestadoce/docs/17-12_0b48fbc90f24fd

Promulgada PEC que garante espaço fiscal

O Congresso promulgou, ontem, a Emenda Constitucional nº 114 de 2021, derivada da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) dos Precatórios ? dívidas do setor público reconhecidas pela Justiça. A emenda busca garantir o pagamento do Auxílio Brasil de R\$ 400, em substituição ao Bolsa Família.

O novo dispositivo constitucional traz as mudanças promovidas pelo Senado no texto da PEC dos Precatórios e que possibilitaram um acordo para a aprovação da matéria na Casa. Essas alterações foram apensadas a uma outra PEC, que foi chancelada pela Câmara na quarta-feira e cujos termos foram promulgados ontem.

Em uma das mudanças, o Auxílio Brasil passou a ter caráter permanente, e não mais vigência apenas até dezembro de 2022. O Senado também antecipou, de 2036 para 2026, o fim da autorização para que o governo federal não pague a totalidade de precatórios previstos para serem quitados a cada ano.

Em outra alteração feita pelos senadores, foi definido que o espaço fiscal aberto pela PEC no próximo ano, estimado pelo Ministério da Economia em R\$ 106 bilhões, deve ser totalmente vinculado ao pagamento do Auxílio Brasil e das despesas da **Seguridade Social** ? Saúde, **Previdência Social** e assistência social.

No último dia 8, o Congresso promulgou as duas partes da PEC dos Precatórios que tiveram consenso entre deputados e senadores: a que altera as regras do teto de gastos e a que autoriza os municípios a parcelarem, em até 240 meses, dívidas com a **Previdência Social**.

Conforme o Ministério da Cidadania, a promulgação da nova emenda constitucional, ontem, vai permitir que 2,5 milhões de famílias que estão na fila passem a receber o Auxílio Brasil em janeiro. A meta inicial era zerar essa espera ainda neste mês. Ao todo, o novo programa social busca atender quase 20 milhões de famílias.

"A parte que hoje (ontem) promulgamos abre ainda mais espaço fiscal para a implementação dos programas sociais que garantirão uma renda para as famílias mais pobres", disse o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). "Também incorpora a sugestão feita pelo Senado Federal de afirmar o direito a uma renda básica." (JV)

Aposentadorias: reajuste de 10%

Fernanda StricklandGabriela Chabalgoity*

As aposentadorias e pensões pagas pelo Instituto Nacional de **Seguridade Social (INSS)** deverão receber uma correção próxima de 10% em janeiro. A estimativa leva em conta a previsão de aumento do Índice de Preços ao Consumidor (INPC) neste ano. O indicador é usado para atualizar os benefícios previdenciários e o salário mínimo, entre outros valores.

Segundo previsão da Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Economia, o INPC deverá subir 10,04% neste ano. Até novembro, a alta estava em 9,36%. Se a previsão se confirmar, o salário mínimo, em janeiro, passaria dos atuais R\$ 1.100 para R\$ 1.210,44. O mesmo percentual seria aplicado aos benefícios previdenciários, e o teto das aposentadorias pagas pelo **INSS** subiria de R\$ 6.433,57 para R\$ 7.076,93.

Em documento de revisão do projeto da Lei Orçamentária Anual (Ploa), enviado ao Congresso no último dia 9, porém, o governo estimou o valor do novo salário mínimo em R\$ 1.210, ou seja, um reajuste de 10%. Seja como for, a correção, segundo especialistas, não vai representar um aumento real do poder de compra de quem ganha o mínimo ou dos beneficiários da Previdência, mas apenas a reposição dos valores corroídos pela **inflação**.

Os benefícios com reajuste começarão a ser pagos em 25 de janeiro, conforme calendário divulgado pelo **INSS**. Quem ganha um salário mínimo recebe primeiro, entre 25 de janeiro e 7 de fevereiro. Já quem tem benefício maior terá o pagamento entre 1º e 7 de fevereiro, conforme o número final do cartão do **INSS**, sem o dígito verificador.

Defasagem

A advogada especialista em direito previdenciário Hanna Gomes observou que, "quanto maior a **inflação**, mais o Estado deve prover as necessidades básicas do cidadão".

Para o advogado previdenciário Rogério Fontele, as aposentadorias não vêm sendo corrigidas como deveriam. "Uma correção de 10% é razoável. No entanto, em anos anteriores não houve reajuste de acordo com a **inflação** real. Por isso a perda dos aposentados é bem maior do que o aumento previsto", afirmou.

Apesar de esperar que o reajuste faça alguma diferença no bolso, o aposentado Kleber Carvalho disse achar difícil que seja algo muito impactante. "Infelizmente, não vai mudar muita coisa. O combustível subiu mais de 50%, por isso os 10% não cobrem esses aumentos, e a gente não consegue manter o mesmo estilo de vida", lamentou.

Segundo o aposentado, outros gastos essenciais também sofreram aumentos que não devem ser compensados pela correção do **INSS**. "O plano de saúde subiu bem mais do que 10%, e não consigo manter o plano que tínhamos porque o valor está muito alto. Essa é a realidade de muitos amigos meus, que agora apelam para a saúde pública mesmo", finalizou.

* Estagiárias sob supervisão de Odail Figueiredo

Expectativa

Salário mínimo e aposentadorias podem ter reajuste de cerca de 10% em janeiro. Alta, porém, não significa aumento real, mas apenas reposição do poder de compra » De acordo com estimativa do Ministério da Economia, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) terá aumento de 10,04% neste ano.

» Se a previsão for confirmada, o salário mínimo, a partir de janeiro, passará dos atuais R\$ 1.100 para R\$ 1.210,44.

» Na revisão do projeto da Lei Orçamentária (Ploa) de 2022, encaminhado ao Congresso no último dia 9, o governo, no entanto, estima o novo salário mínimo em R\$ 1.210.

» As aposentadorias também serão corrigida pelo INPC. Se o índice for de 10,04%, o teto dos benefícios subirá de R\$ 6.433,57 para R\$ 7.079,50.

Teto do INSS poderá chegar a R\$ 7.077 no próximo ano

Com a alta da **inflação** no país, o reajuste das aposentadorias e demais benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) também deve subir. A nova previsão do governo para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) é de aumento de 10% em 2021. Com isso, o teto do **INSS**, que é o valor máximo pago aos segurados, hoje em R\$ 6.433,57, chegaria a R\$ 7.076,93. Já o salário mínimo, que é o piso dos benefícios do instituto, está em R\$ 1.100 e iria para R\$ 1.210, conforme consta na revisão do Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa) de 2022, enviada ao Congresso na última quinta-feira.

A estimativa de **inflação** é usada pelo Planalto para planejar as despesas de 2022 e tem como base o movimento de alta dos preços no país durante o ano. De janeiro a novembro de 2021, o INPC, usado para reajustar salários e aposentadorias, está em 9,36%. O aumento final dos benefícios, porém, só será conhecido no dia 11 de janeiro, quando o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgará a **inflação** oficial do ano.

Além de incidir sobre os benefícios da Previdência, a **inflação** anual também é base para o pagamento de outras despesas, como o abono salarial do PIS/Pasep, o seguro-desemprego e os benefícios assistenciais como o Benefício de Prestação Continuada (BPC), pago pelo **INSS** a idosos a partir de 65 anos e deficientes em situação de vulnerabilidade.

Segundo o economista André Braz, coordenador do Índice de Preços ao Consumidor (IPC), do Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre), a **inflação** medida pelo INPC pode oscilar um pouco para cima, além do que o governo está prevendo, mas nada muito maior.

"O INPC pode vir ligeiramente acima do IPCA. A gente estima que o IPCA venha em 10,2% e o INPC pode esticar um pouco, até 10,4%, 10,5%. Isso porque algumas fontes de pressão têm destaque no orçamento dos menos favorecidos, que é bem o público do INPC. Por exemplo, a carne que subiu muito e os efeitos da energia, que também subiu muito, batem pesado nesses orçamentos", afirma.

O benefício com reajuste começa a ser pago no dia 25 de janeiro, conforme calendário divulgado pelo **INSS**.

Quem ganha um salário mínimo recebe primeiro, entre 25 de janeiro e 7 de fevereiro. Já quem tem valor maior de benefício terá o pagamento com reajuste entre 1º e 7 de fevereiro, conforme o número final do cartão, sem o dígito verificador.

Na revisão orçamentária enviada ao Congresso, o governo diz que é preciso mais verba para custear despesas, uma vez que a **inflação**, que estava em 6,2% em agosto, saltou para 10% já em setembro deste ano, o que "impacta diretamente a correção legal e constitucional das despesas com benefícios previdenciários do Regime Geral (RGPS), seguro-desemprego, abono salarial, Benefícios de Prestação Continuada da Lei Orgânica de Assistência Social e Renda Mensal Vitalícia".

Selic corrigirá atrasado

Os atrasados do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) pagos na Justiça terão correção pela taxa básica de juros, a Selic, como determina a emenda constitucional 113, que passou a valer no dia 9 de dezembro.

Embora a Selic esteja subindo, a nova regra deve diminuir o valor pago a aposentados e pensionistas que vão ao Judiciário para ter a concessão ou revisão do benefício do **INSS**. Para especialistas, o índice é inconstitucional.

A atualização monetária consta na parte da proposta de emenda à Constituição (PEC) dos Precatórios que foi consenso no Congresso e se tornou válida após a promulgação e publicação da emenda. Será aplicada nos precatórios, dívidas judiciais do governo acima de 60 salários mínimos, e nas Requisições de Pequeno Valor (RPVs), de até 60 salários mínimos.

Segundo a norma, todas as dívidas da Fazenda pública devem ser atualizadas pela Selic. "Nas discussões e nas condenações que envolvam a Fazenda pública, independentemente de sua natureza e para fins de atualização monetária, de remuneração do capital e de compensação da mora, inclusive do precatório, haverá a incidência, uma única vez, até o efetivo pagamento, do índice da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), acumulado mensalmente", diz o artigo 3º da lei. Antes, precatórios e RPVs estavam sendo corrigidos pela

inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E) mais juros de 0,5% ao mês. Agora, a Selic substitui o índice de **inflação** e os juros.

Site:

<http://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrazilia/?edicao=14178>

Congresso promulga Emenda Constitucional

Jorge Vasconcellos do Correio Braziliense

O Congresso Nacional promulgou, ontem, a Emenda Constitucional nº 114 de 2021, derivada da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que altera as regras para o pagamento de precatórios - dívidas do setor público reconhecidas pela Justiça. A emenda busca garantir o pagamento do Auxílio Brasil de R\$ 400, em substituição ao Bolsa Família.

O novo dispositivo constitucional traz as mudanças promovidas pelo Senado no texto da PEC dos Precatórios e que possibilitaram um acordo para a aprovação da matéria na Casa. Essas alterações foram apensadas a uma outra Proposta de Emenda à Constituição, que foi chancelada pela Câmara na quarta-feira passada.

Em uma das mudanças, o Auxílio Brasil passou a ter um caráter permanente, e não mais uma vigência apenas até dezembro de 2022. O Senado também antecipou, de 2036 para 2026, o fim da autorização para que o governo federal não pague a totalidade de precatórios previstos para serem quitados a cada ano.

Em outra alteração feita pelos senadores, foi definido que o espaço fiscal aberto pela PEC no próximo ano, estimado pelo Ministério da Economia em R\$ 106 bilhões, deve ser totalmente vinculado ao pagamento do Auxílio Brasil e das despesas da **Seguridade Social** - Saúde, **Previdência Social** e Assistência Social.

No último dia 8, o Congresso promulgou as duas partes da PEC dos Precatórios que tiveram consenso entre deputados e senadores: a que altera as regras do teto de gastos e a que autoriza os municípios a parcelarem, em até 240 meses, dívidas com a **Previdência Social**.

Conforme o Ministério da Cidadania, a promulgação da nova emenda constitucional, nesta quinta-feira, vai permitir que 2,5 milhões de famílias que estão na fila passem a receber o Auxílio Brasil em janeiro. A meta inicial era zerar essa espera ainda neste mês de dezembro. Ao todo, o novo programa social busca atender quase 20 milhões de famílias.

Site:

<http://www.impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/politica/2021/12/congresso-promulga-emenda-constitucional.html>

Parcelamento de dívidas das MPEs é aprovada

A Câmara dos Deputados aprovou ontem o Projeto de Lei Complementar (PLP) 46/21, que cria um novo programa de parcelamento de dívidas de micro e pequenas empresas participantes do Simples Nacional, inclusive os microempreendedores individuais (MEI) e as empresas em recuperação judicial.

A proposta será enviada à sanção presidencial. A não aprovação da matéria estava causando preocupação, uma vez que poderia resultar no fechamento de milhares de negócios.

De autoria do Senado, o texto foi aprovado com emenda de redação do relator, deputado Marco Bertaiolli (PSD-SP). O parcelamento, chamado de Programa de Reescalonamento do Pagamento de Débitos no Âmbito do Simples Nacional (Relp), dirige-se às empresas endividadadas, que poderão aderir a ele até o último dia útil do mês seguinte ao de publicação da futura lei, devendo pagar a primeira parcela nesta data para ter o pedido deferido.

Pelo texto, o contribuinte terá descontos sobre juros, multas e encargos proporcionalmente à queda de faturamento no período de março a dezembro de 2020 em comparação com o período de março a dezembro de 2019.

Empresas inativas no período também poderão participar.

Depois dos descontos e do pagamento de uma entrada, o saldo restante poderá ser parcelado em até 180 meses, vencíveis em maio de cada ano. Entretanto, para dívidas com a **Previdência Social**, o parcelamento será em 60 meses.

As primeiras 12 parcelas deverão corresponder a 0,4% da dívida consolidada; da 13ª à 24ª, a soma total deve ser igual a 0,5% dessa dívida; o total da 25ª à 36ª parcela deverá somar 0,6% da dívida; e a soma da 37ª parcela em diante será o que sobrar dividido pelo número de prestações restantes.

Cada parcela terá um valor mínimo de R\$ 300, exceto no caso do MEI, que poderá pagar R\$ 50 ao mês. A correção será pela taxa Selic, incidente do mês seguinte ao da consolidação da dívida até o mês anterior ao do pagamento, mais 1% no mês em que

houver a quitação da parcela.

"Consideramos fundamental adotar medidas legislativas que auxiliem não só famílias em situação de vulnerabilidade, mas também empresas em risco de encerramento de atividades, especialmente diante do panorama da pandemia", afirmou o relator.

Condições - De acordo com o texto, poderão ser parceladas quaisquer dívidas no âmbito do Simples Nacional, desde que o vencimento tenha ocorrido até a competência do mês imediatamente anterior à entrada em vigor da futura lei.

Também poderão ser incluídos no Relp os débitos de parcelamento previsto na lei de criação do Simples Nacional (em 60 meses); aqueles da Lei Complementar 155/16, de 120 meses; e do último parcelamento, de 145 a 175 parcelas (Lei Complementar 162/18).

Durante 188 meses, contados do mês de adesão ao Relp, o contribuinte não poderá participar de outras modalidades de parcelamento ou contar com redução do montante principal, juros ou multas e encargos. A exceção é para o parcelamento previsto no plano de recuperação judicial, de 36 meses.

Casos de exclusão - Além da falência ou da imposição de medida cautelar fiscal contra o contribuinte, ele será excluído do refinanciamento se: não pagar três parcelas consecutivas ou seis alternadas; não pagar a última parcela; for constatado esvaziamento patrimonial para fraudar o cumprimento do parcelamento; se não pagar os **tributos** que venham a vencer após a adesão ao Relp ou não cumprir as obrigações com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Ações na Justiça - Para aderir ao Relp, o beneficiário deve desistir de recursos administrativos e de ações na Justiça contra o governo, mas não precisará pagar os honorários advocatícios de sucumbência.

Por outro lado, as garantias reais dadas administrativamente ou em ações de execução fiscal continuam valendo.

Site: <https://diariodocomercio.com.br/impresso/edicao-de-17-12-2021/>

Desoneração fiscal: quem lucra com isso? - ABC DA ECONOMIA

Na 20ª Carta de Conjuntura da USCS publiquei nota técnica tratando da desoneração fiscal. A nota está disponível em <https://www.uscs.edu.br/noticias/cartasconjuscs>.

A política de desoneração da folha de pagamento, adotada em 2011, como medida para conter demissões em um momento de crise, mostrou-se um engano que não deveria ser continuado. O Senado Federal acaba de aprovar o projeto de lei que prorroga essa política por mais dois anos.

Há a necessidade de uma avaliação mais aprofundada sobre os efeitos para a economia e o fato de que seu objetivo principal jamais foi atingido, que é o de preservação de empregos. As empresas obtiveram o benefício fiscal e demitiram sem nenhum pudor.

Quando a política foi adotada, o governo federal, além de outras medidas de incentivo, alterou as contribuições previdenciárias patronais de 20% da folha de pagamento das empresas para um percentual tributário de 1% até 4,5% sobre o faturamento, o que impactou a receita da **seguridade social** no Brasil, com a perda estimada em mais de R\$ 130 bilhões até este ano.

No Plano Brasil Maior, em 2011, apenas quatro setores foram beneficiados: confecção, couros e calçados, call centers e de softwares (tecnologia da informação e comunicação), mas no primeiro ano de implantação já eram 40 setores contemplados com a desoneração, e, ao longo dos anos, chegou-se a 56 setores.

Em 2018, o benefício foi limitado novamente. Empresários de 17 setores - calçados, call center, comunicação, confecção/vestuário, construção civil, empresas de construção e obras de infraestrutura, couro, fabricação de veículos e carroçarias, máquinas e equipamentos, proteína animal, têxtil, TI, TIC, projeto de circuitos integrados, transporte metroferroviário de passageiros, transporte rodoviário coletivo e transporte rodoviário de cargas - querem a continuidade da política. Argumentam que 1 milhão de trabalhadores seriam demitidos com o fim da desoneração.

A afirmação soa mais como uma ameaça ao governo federal e ao Parlamento. O nível de emprego está bem longe do que eles juram manter.

Em uma análise de apenas quatro setores: autopeças, calçados, máquinas e plástico, que em 2013 empregavam mais de 1,3 milhão de trabalhadores, em 2020 tinham pouco mais de 1 milhão, uma redução de 259.381 postos de trabalho.

Segundo a Pesquisa do Sindipeças (Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores), em 2013 o setor de autopeças empregava 220 mil trabalhadores; já em 2020, um total de 156.434. Ou seja, mais de 60 mil postos de trabalho a menos.

Já o relatório da Abicalçados (Associação Brasileira das Indústrias de Calçados) aponta 327,9 mil postos de trabalho no setor em 2013, e 247,4 mil em 2020. Vale dizer, 80,5 mil pessoas demitidas no setor calçadista.

No setor de máquinas, pelo levantamento elaborado pela subseção do Dieese no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, com base na Rais/Caged (Relação Anual de Informações Sociais/ Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), em 2014 foram criadas mais de 81 mil vagas, que não se mantiveram um ano sequer, com a perda de quase 150 mil trabalhadores um ano depois. Em sete anos o setor de máquinas no Brasil cortou cerca de 85 mil postos.

Além de demissões em setores beneficiados pela desoneração, que não honraram seus compromissos de manutenção de emprego, ainda houve a reforma da Previdência.

Não bastasse a queda da arrecadação, provocada pela desoneração, a reforma piorou a situação. Os trabalhadores foram obrigados a uma transição-pedágio, para poderem se aposentar, ou tiveram o direito postergado com a implantação de idade mínima. Mais: ainda no regime próprio, a alíquota aumentou de 11% para 14%, exigindo contribuição de aposentados que já estavam isentos. A reforma não foi capaz de compensar o rombo criado na Previdência pela desoneração dada aos empresários e ainda agravou a situação dos mais de 2 milhões de brasileiros que aguardavam a aposentadoria até junho deste ano, em uma fila vergonhosa, como último recurso para manter suas famílias em plena pandemia.

É inaceitável que o segurado tenha a sua situação piorada pela reforma da Previdência de 2019 e a desoneração da folha signifique menos dinheiro para a **seguridade social**.

Se há recessão, o que irá segurar os empregos é o crescimento econômico, novos investimentos e inovação, aumento da demanda, capacidade exportadora e salários melhores para impulsionar o mercado de consumo.

A prorrogação dessa medida é um absurdo em um momento como este. Estão impondo um sacrifício aos trabalhadores, mais um por conta do antiquado lobby empresarial no Brasil.

Site:

https://digital.maven.com.br/pub/dgabc/?key=ab_76184E025F95407CCE1CB19EACF8D0A7DEBE000DF000337E3E51B1EC154706427F9CC8102789EA654DC1530BA06E7E4B6F2CBE40050AAE2CD8FB39A046E5747FE0C958D5BEA45234909A6C5AD8E76CE08BAD98BD1BE274BB468FBE5571024D10AB8F061E0E9880FAC7A75F2D86326A6C4D4D7CFBD7BEBDB09D7082502D381

Barrada em 2016, 'desaposentação' pode virar lei

A desaposentação voltou a ser discutida no Congresso, mesmo após ter sido considerada ilegal em 2016 pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que julgou não haver previsão em lei para o mecanismo. A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado aprovou um projeto de lei 172/2015, de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS), que permite o recálculo do benefício do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**).

- O STF declarou ilegal e não inconstitucional, porque não havia lei, mas, se aprovado o PL 172, a desaposentação terá validade jurídica se convertida em lei-avalia o vice-presidente do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP), Diego Cherulli.

O mecanismo da desaposentação permite ao aposentado que volta a trabalhar pedir uma revisão para que o valor de seu benefício leve em conta as novas contribuições pagas. Além disso, o texto aprovado na CAS prevê a aplicação desse critério de cálculo à pensão devida aos beneficiários do segurado desaposentado.

- A permissão para desaposentar e em seguida pedir nova aposentadoria para levar em consideração as contribuições realizadas após a aposentadoria renunciada foi reconhecida em vários casos analisados pelo Poder Judiciário. Todavia, o Supremo Tribunal Federal entendeu que era necessário a previsão em lei - afirma o senador Paulo Paim, que explica os trâmites que o projeto irá seguir após a CAS. - E necessário aguardar até o dia 22, quando encerra o prazo regimental para interposição de recurso. Não havendo recurso da base do governo para votação no Plenário do Senado, o projeto será enviado para a Câmara dos Deputados.

O vice-presidente do IBDP rebate o argumento de que não há fonte de custeio para bancar a desaposentação: - Alguns movimentos contrários à desaposentação argumentam que não haveria o prévio financiamento, o que não é verdade, porque na desaposentação o segurado continua contribuindo para a Previdência e a empresa também, nada muda. A diferença hoje é que essas contribuições feitas após a aposentadoria não retomam para o segurado, enquanto essas contribuições utilizadas na desaposentação trariam um retorno eficaz ao segurado. Em resumo: a desaposentação tem custeio

e cumpre todos os requisitos legais e constitucionais de validade, x

Site: <http://extra-globo.pressreader.com/extra>

Antes de culpar o algoritmo, saiba como é seu próprio processo de escolha

**** Este texto não reflete, necessariamente, a opinião do UOL**

Parece estar acontecendo com as escolhas digitais algo análogo ao que assistimos quando subitamente a televisão brasileira aumentou a sua oferta de canais, incluindo os serviços pagos.

Inicialmente ficamos extasiados com o sentimento de liberdade decorrente da expansão dos muros limitantes, mas com o passar do tempo vem o cansaço da escolha. Uma vez visto, passeado e examinado, começamos a querer nossas escolhas reduzidas, automaticamente, por algum sistema de pré-seleção.

Junte a isso nossa atenção contra e renovações por planos maravilhosos, que na prática são pequenos golpes, baseados em cálculos programados para induzir o erro.

Na esteira da situação declinamos nossa preocupação com segurança digital e outras mazelas manipulativas, porque afinal a opressão do sistema é tão mais poderosa do que nossa capacidade de resistir individualmente a ele, que acabamos nos entregando aos braços de Morpheus (tanto o deus grego do sono, quanto o personagem da trilogia Matrix, responsável pela forma (morphé) das coisas).

No fundo, a escuridão dos algoritmos está repetindo este tipo de processo, com demissões decisórias, ascendentes em um mundo cada vez mais complexo com escolhas e subescolhas, piorado com a chegada dos streamings e coerções cada vez mais massivas para apertar botões que ao final compartilham ou autorizam compartilhar suas informações.

Não estou inteiramente de acordo com a máxima atual de que se o serviço é de graça o produto é você. Esta formulação presume que você saiba o que você significa, o que não é absolutamente o caso. Você torcedor do Palmeiras, você que compra na Sotheby's, ou você que tem fantasias sexuais tão represadas que jamais se aproximaria de um aplicativo que pudesse revelá-las?

No fundo, o que se trata é a lógica das suas escolhas. Com isso pode-se adiantar ofertas mais promissoras, evitar desperdício de propaganda e segmentar alvos de consumo.

A informação bruta, não estruturada, ainda é de baixo valor agregado, a não ser que estejamos no campo da espionagem ou no rastreamento individual. Isso não é tão simples quanto parece quando vemos o pessoal vendendo as listas de **INSS**, Serasa e RGs, na baciada, às vezes no antigo formato de CD, no centro de São Paulo.

Mas a lógica decisória é um campo clássico da psicologia, agora renovado em importância por causa da sua relativamente fácil digitalização.

Um dos problemas clássicos da lógica decisória é o seguinte: imagine que você é um policial esperando um bandido sair de uma casa onde há cinco pessoas. Ele sairá um depois do outro e você só pode seguir um suspeito. Mas para tornar a tarefa menos difícil você sabe que o procurado pela justiça é o mais alto dos cinco. Como escolher?

Há uma regra que recomenda o seguinte: espere os dois primeiros sair e siga o mais alto que sair logo depois disso. Se o bandido for um dos dois primeiros, você terá perdido, mas se ele estiver entre os três últimos suas chances aumentam muito se seguir este procedimento.

Mas veja, este procedimento está longe de nos dar uma certeza significativa, ele apenas aumenta nossas chances e nos orienta em uma situação de extrema indeterminação.

Mas veja, nossa intuição, entendida como um certo saber prático sobre um mundo situado, pode ser muito mais útil que esta regra. Se observamos que o primeiro ou o segundo a sair é um gigante de dois metros nossa tentação de segui-lo se apoiará em uma impressão confirmada pela experiência de que dois metros está muito fora da curva média de altura do brasileiro.

O que este problema mostra é que antes de criticar genericamente os algoritmos devemos ter em mente alguma consciência sobre como nós mesmos fazemos escolhas.

Nosso estilo de escolha é geralmente definido pela experiência e parece curiosamente universal e não criticável.

Na verdade é muito importante ter em mente seu próprio estilo decisional preferido porque ele pode justamente se encaixar como uma mão e a luva , diria Machado de Assis, com alguma estratégia algorítmica, que será, neste caso, impercebida.

O truque mais simples aqui é verificar nossos ordenamentos simbólicos, e isso será salutar também para você perceber alguns preconceitos.

Por exemplo, você confia sempre mais em grandes indústrias que têm uma marca a proteger e jamais fariam algo de errado ou em pequenos produtores locais que podem mudar de endereço, sem compromisso, a qualquer momento?

Qualquer um fica tentado a escolher, quando na verdade o problema embutido na forma da escolha é a exclusão do produtor local que tem uma longa relação com você e que tem um compromisso com a entrega.

Ou seja, desconfie de qualquer um que comece a formulação de escolha com agora só nos resta , como diria Kierkegaard , isto ou aquilo, a pílula azul ou a vermelha.

Sim, sempre pode haver uma terceira via, mas nem por isso ela se tornará automaticamente desejável, ainda mais porque onde há terceira via, há também a quarta via: nenhuma das três anteriores.

Contudo, o questionamento da escolha binária nos leva a outro problema clássico da lógica das escolhas: o custo decisional.

Ficamos cansados de escolher e, uma vez cansados fazemos a pior escolha: a escolha para nos livrarmos do inferno da situação de escolha.

Caso típico: uma turma se reúne para sair a noite e alguém faz a pergunta fatal: onde vamos?

Logo em seguida vem o comentário daquele que está cansado de escolher e do custo cognitivo que isso representa: tanto faz, para mim o que vocês escolherem está bom.

Depois de um confronto acirrado entre aquele samba e o cinema ganha o filme Clifford: o Gigante Cão Vermelho - parte II , que estreou agora. Nesta hora aquela pessoa que disse tanto faz revolta-se: esse não!

E todos silenciosamente pensam: mas você tinha dito que aceitaria qualquer coisa. Sim, qualquer coisa, mas, de novo, baseado no saber tácito de que estes que vivem comigo vão escolher dentro de certos

parâmetros e critérios.

Ledo engano.

Cada vez mais sentimos isso na pele. Não só de que os que vivem conosco fazem escolhas erráticas, mas também que nós nos sentimos traídos mesmo tendo dito e declarado que renunciamos ao processo de escolha, transferindo a decisão para o outro.

Portanto, no que virá, procure saber mais sobre o seu próprio processo de escolha e não imagine que ele possa ser transferido tão facilmente para o outro. Faça isso antes de amaldiçoar os algoritmos.

Site: <https://www.uol.com.br/tilt/colunas/blog-do-dunker/2021/12/17/logica-das-escolhas-digitais.htm>

R\$ 2,8 bi para salários de policiais federais

Fernanda Strickland

Os integrantes dos órgãos policiais do governo vão mesmo ter contracheques mais polpudos no ano que vem. A Comissão Mista de Orçamento (CMO) do Congresso Nacional recebeu ontem ofício do ministro da Economia, Paulo Guedes, solicitando que sejam reservados R\$ 2,8 bilhões no Orçamento de 2022 para reajustes salariais e reestruturação de carreiras de órgãos específicos da administração federal.

No documento, o ministro afirma que a quantia é necessária "tendo em vista a decisão do presidente da República quanto à reestruturação de determinadas carreiras do Poder Executivo Federal". Guedes fala em reservar R\$ 2,5 bilhões para despesas primárias e outros R\$ 355 milhões para despesas financeiras, que não se sujeitam ao teto e seriam usados para bancar a contribuição da União ao regime previdenciário dos servidores.

"Corrigir injustiças"

Na última terça-feira, de olho nas eleições de 2022, o presidente Jair Bolsonaro (PL) se reuniu com o ministro da Justiça, Anderson Torres, o da Economia, Paulo Guedes, e dirigentes de órgãos policiais para discutir a reestruturação e o reajuste salarial das carreiras da segurança pública. Os membros das forças de segurança fazem parte de uma das principais bases de apoio político do presidente.

Bolsonaro afirmou que a reestruturação das carreiras é uma forma de "corrigir injustiças". As mudanças deverão beneficiar integrantes da Polícia Federal (PF), da Polícia Rodoviária Federal (PRF) e do Departamento Penitenciário Nacional (Depen).

Conforme estimativas da área econômica, o custo da reestruturação para os cofres públicos será de R\$ 2,8 bilhões apenas no primeiro ano. Até 2024 o total ficaria em R\$ 11 bilhões.

Reajuste para poucos

Para especialistas em contas públicas, a decisão do governo de reforçar o contracheque dos policiais abre o flanco para pressões de outras categorias de servidores que, ao contrário dos agentes de segurança, estão com os salários congelados há dois anos.

Para o ministro Paulo Guedes, no entanto, "não é

oportuno" um reajuste salarial para todos os **servidores públicos** no ano que vem, de forma linear. "Se aproveita e generaliza aumento de salário para o Brasil inteiro, para o funcionalismo em geral, estadual, municipal e federal, você vai fragilizar as finanças de todo mundo de novo", disse o ministro, na quarta-feira, em São Paulo, após participar de um evento com empresários.

Congresso corre para aprovar "bondades" antes do ano eleitoral

ADRIANA FERNANDES BRASÍLIA

Na véspera de ano de eleições, a corrida no Congresso para a aprovação de vários projetos com medidas que contemplam renúncias tributárias, aumento de gastos e perdão de dívidas está tão acirrada que o novo "santinho" dos deputados e senadores se transformou em postagens nas redes sociais com as medidas que conseguiram emplacar ou fizeram avançar nessa reta final de votações no Congresso.

"Reunião na Câmara dos Deputados.

Após mobilização de Collor, Arthur Lira diz que vai pautar PEC que garante piso salarial para agentes de saúde", gaba-se em publicação, por exemplo, o ex-presidente e senador Fernando Collor (PROS-AL).

Em outra frente, os evangélicos trabalham para a aprovação de Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que prevê a isenção do IPTU para igrejas e templos que ocupam imóveis alugados.

As negociações foram articuladas em conjunto com a aprovação da urgência para a tramitação de projeto que prevê a legalização dos jogos de azar, como jogo do bicho, cassino e bingo.

Outros projetos determinam anistia ampla para os defensores do Fies, programa de financiamento do ensino superior.

"BOMBAS FISCAIS". Para o especialista em contas públicas Marcos Mendes, do Insper, que acompanha a tramitação de projetos com impacto para as contas públicas no Congresso, as "bombas fiscais" não se encerram com as votações deste ano. Ele prevê pressão maior em 2022 pelo lado das renúncias de receitas e também de medidas para fiscais, como anistia e perdão de dívidas como o Fies e os Refis (parcelamento de débitos tributários). Pelos seus cálculos, R\$ 3,3 bilhões em isenções tributárias vencem até 2023 e acabarão sendo renovadas com o cenário atual das negociações no Congresso.

"O que acontece geralmente no final do ano ("bombas fiscais"), vai acontecer, vai persistir", projeta Mendes. Entre essas medidas, ele calcula que a correção da tabela do IRPF e o aumento salarial para mais

categorias serão aprovados.

"Tudo o que representa redução de receita e benefícios vai ser mais fácil, porque o teto de gasto está frágil, mas não morreu." Sobre os reajustes, ele diz que a pressão para ampliação do alcance da medida vai ser alimentada pelo Judiciário e o Ministério Público, que ganharam um espaço maior no teto de gastos com a PEC dos Precatórios, e devem dar aumentos para os seus servidores.

Esse movimento vai fazer girar a roda da equiparação em 2022 que existe entre as categorias.

Para a economista Laura Kapurska, a consequência macroeconômica de curto prazo é o aumento do prêmio de risco brasileiro - medido pela trajetória dos juros no longo prazo e desancoragem das expectativas de **inflação** -, que dificulta o trabalho do Banco Central e torna o baixo crescimento o cenário sempre mais provável. "Isto acontece porque há piora da qualidade das contas públicas, da dinâmica da dívida, aumentando a probabilidade de onerarmos com mais **impostos** gerações futuras", avalia.

As medidas de Bolsonaro

I Auxílio Brasil

Criado para substituir o Bolsa Família e ser a grande marca do governo Bolsonaro na área social, prevê benefício médio de R\$ 415 a 17,9 milhões de famílias. Custo: R\$ 54,4 bilhões (considerando a diferença em relação ao previsto para o Bolsa Família)

I IR

Correção da faixa de isenção da tabela do IR para R\$ 2,5 mil Renúncia: R\$ 23,5 bilhões

I Bolsa-caminhoneiro

Benefício de R\$ 400 por mês a 750 mil caminhoneiros, para compensar os gastos com a alta de preços do óleo diesel.

Custo: R\$ 4 bilhões

I Reajuste para todo o funcionalismo federal

Bolsonaro prometeu reajustar o salário de todos os funcionários públicos em 2022 - nem que o índice seja apenas "de 1%". Custo: R\$ 3 bilhões

I Reajuste a policiais

Prometido pelo presidente Bolsonaro como parte da reestruturação das carreiras das polícias Federal, Rodoviária Federal e Penal e do Departamento Penitenciário Nacional (Depen) Custo: R\$ 2,8 bilhões

I Vale-gás

A primeira parcela deve ser de R\$ 52 e vai ser paga para 5,58 milhões de famílias; a intenção é de que o valor seja pago a cada bimestre Custo: R\$ 1,9 bilhão

I Táxi e PCD

Prorrogação até dezembro de 2026 da isenção do IPI na compra de veículos novos por taxistas e pessoas com deficiência. Renúncia: estimada em R\$ 1,8 bilhão

I Fies

Anistia para os devedores de baixa renda do programa estudantil. Sem impacto

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Guedes cede e pede R\$ 2,86 bi para reajuste a policiais federais

O Ministério da Economia cedeu à pressão do presidente Jair Bolsonaro (PL) e enviou ofício ao Congresso, ontem, pedindo R\$ 2,86 bilhões no orçamento de 2022 para reajustar o salário de policiais federais.

A demanda havia sido feita pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública e foi encampada por Bolsonaro, em aceno a uma categoria estratégica para as eleições de 2022.

O atendimento do ofício dependerá do relator geral do orçamento, deputado Hugo Leal (PSD), que deve apresentar o parecer final da peça orçamentária no domingo, para votação na segunda-feira na CMO (Comissão Mista de Orçamento).

Leal já disse não haver espaço para reajustes a servidores em 2022. "Pode ser merecido e importante para eles, eu tenho pessoas da minha família que são também **servidores públicos** federais, mas tenho a preocupação principal, que é a marca do relatório, é continuar atendendo a saúde e os benefícios de caráter social", afirmou em entrevista publicada sábado.

Site:

https://digital.maven.com.br/pub/dgabc/?key=ab_76184E025F95407CCE1CB19EACF8D0A7DEBE000DF000337E3E51B1EC154706427F9CC8102789EA654DC1530BA06E7E4B6F2CBE40050AAE2CD8FB39A046E5747FE0C958D5BEA45234909A6C5AD8E76CE08BAD98BD1BE274BB468FBE5571024D10AB8F061E0E9880FAC7A75F2D86326A6C4D4D7CFBD7BEBDB09D7082502D381

A destruição ambiental da Amazônia e a Europa - COLUNA DO EMBaixADOR

CESÁRIO MELANTÔNIO NETO

A expectativa diplomática é que o novo governo alemão aumente a pressão ambiental e que a situação piore com o tempo enquanto este governo durar no Planalto. A nova coalizão alemã, mais à esquerda, do que Angela Merkel, ficou decepcionada com a delegação brasileira na COP 26, em Glasgow, que deixou de apresentar propositadamente dados mais recentes sobre o desmatamento na Amazônia, um recorde de 13 mil quilômetros quadrados destruídos.

Essa política de má fé e da mentira não engana ninguém e prejudica a credibilidade brasileira enganando importantes e históricos parceiros na Europa. A confiança conosco foi definitivamente perdida, na Escócia, visto que os compromissos anunciados pelo Brasil no Cúpula do Clima foram só palavras vazias.

O descrédito na capacidade de Brasília cumprir meta de zerar o desmatamento ilegal até 2028 é total e assim não há nenhuma possibilidade, em 2022, de Berlim retomar as contribuições, com Oslo, ao Fundo de Amazônia.

Também há preocupações na União Europeia, com a violação de direitos humanos, ameaças à liberdade de imprensa e às instituições democráticas e com o desmonte de órgãos ambientais brasileiros pelo atual grupo no poder em Brasília. A pauta climática tem hoje prioridade máxima, em Berlim, com o novo governo e virou grande preocupação de toda a sociedade da Alemanha.

A nova ministra das Relações Exteriores é Annalena Baerbock, uma das líderes do Partido Verde, e favorável ao aumento da pressão global sobre a diplomacia bolsonarista, inclusive com impacto nas relações comerciais.

Robert Habeck, do mesmo partido, chefia agora o Ministério da Economia e do Clima.

Os verdes da Alemanha ocupam também o Ministério da Agricultura. A França vai assumir a presidência, de turno, do Conselho da União Europeia, afastando ainda mais, para o futuro, as possibilidades de um acordo comercial com o Mercosul.

É constrangedor usar a mentira na diplomacia como os dados escondidos durante a COP 26 e esse vai continuar a ser um problema do Brasil com a Europa e os Estados Unidos. Só uma mudança de governo em Brasília vai possibilitar a reconstrução das nossas relações com esses importantes parceiros. A recente autorização para mais operações do garimpo ilegal em rios amazônicos demonstra de que lado está a atual administração federal.

O nosso caudilho bananeiro insiste em marginalizar o Brasil do cenário internacional apoiando os grileiros, garimpeiros e fazendeiros ilegais que destroem o patrimônio natural na Amazônia e no Pantanal. Esse crime de lesa majestade contra interesses nacionais vai seguir em 2022, com apoio de Brasília, assegurando posto, no próximo ano, de ecocriminoso do Brasil como pária ambiental no sistema internacional.

Mentira tem perna curta, mas o caudilho bananeiro insiste em enganar os principais parceiros internacionais brasileiros.

A destruição irreversível de biomas como a Amazônia detona o futuro ambiental brasileiro e nos transforma em inimigo do planeta. Nos últimos dois anos, a ocupação irregular de terras públicas amazônicas deu um salto de 56%, pois Brasília dá guarida aos invasores desses terrenos. O Brasil virou o paraíso dos grileiros, pois o Estado federal montou uma rede de proteção para os ladrões de terras.

Essa aliança espúria de funcionários públicos, políticos, fazendeiros pecuaristas e grileiros funciona como um dos braços de sustentação política e financeira da filhocrocacia instalada no Planalto. Esses grupos insistem na criminalização de povos originários e quilombolas enquanto estimulam a posse de armas.

O resultado é o maior aumento da violência no campo em 35 anos, 2.504 ocorrências em 2020, segundo a Comissão Pastoral da Terra. Esses dados conspurcam a nossa imagem internacional com sérios prejuízos para o relacionamento internacional com os países europeus e com outras nações de diferentes continentes.

A banalização desse ambiente político de violência e de vale tudo faz parte do projeto em curso de

destruição do Brasil. Neste Brasil em que cada vez existe menos Estado e políticas públicas para preservar o nosso enorme patrimônio ambiental só resta aos homens e mulheres de bem o projeto de resistir aos desmandos federais com apoio da comunidade internacional.

Não devemos esquecer a lição de Maquiavel, de que aquele que quer enganar sempre encontrará alguém que queira ser enganado.

Site: <https://flip.odia.com.br/edicao/imprensa/9817/17-12-2021.html>

Refis é aprovado

CRISTIANE NOBERTO

Por 382 votos a 10, a Câmara aprovou, ontem, o projeto de lei do Refis (parcelamento de débitos tributários) voltado a empresas do Simples e Microempreendedores Individuais (MEIs). A proposta permite a redução de até 90% das multas e juros sobre **tributos** atrasados, além de 100% de descontos de outros encargos legais por 180 meses. O projeto vai à sanção presidencial.

A medida é direcionada a empresas enquadradas no Simples e microempreendedores individuais afetados pela pandemia, recebeu o nome de Programa de Reescalamento do Pagamento de Débitos no Âmbito do Simples Nacional (Relp). O PLP 46 dá ao contribuinte descontos em juros, multas e encargos se comprovar a queda no faturamento de março a dezembro de 2020. O texto também prevê a inclusão de empresas inativas no mesmo período. Basta comprovar o quadro comparativo com o mesmo período de 2019.

Para o relator da proposta na Câmara, Marco Bertaiolli (PSD-SP), a proposta favorece especialmente os pequenos empresários que não conseguiram se adequar à tecnologia para sobreviver na pandemia. "As pequenas empresas que não tiveram a capacidade de investimento em tecnologia para migrar ao mercado digital tão velozmente, como as grandes, perderam o faturamento, acumularam débitos. Portanto, organizar o pagamento desses **tributos** é uma missão do Estado", enfatizou. "Não há que se falar em renúncia fiscal, como, erroneamente, o governo andou colocando, porque ele está falando sobre algo que ele não vai receber. Quando você dá condições de pagamento, cria oportunidades para que essas micro e pequenas empresas possam voltar a trabalhar e gerar empregos." Ao ser questionado se a medida é apenas paliativa para resolver a questão fiscal no país, Bertaiolli admitiu ser necessária uma **reforma tributária**. "A organização tributária no Brasil é péssima, muito mais complicada do que a própria carga tributária em si. Mas nós vivemos de paliativos, enquanto não tivermos um sistema tributário que seja simples, entendível, menos burocrático e mais direto na sua arrecadação", frisou.

O autor da proposta, senador Jorginho Mello (PL-SC), comemorou a vitória. "Mais de 500 mil empresas estarão salvas de não se descredenciar do Simples Nacional", afirmou.

Reforma pode deixar 380 mil no Estado isentos do IR

Fernando Bianchi

Especialistas defendem nova **legislação tributária**

Embora ainda longe da promessa de campanha do presidente Jair Bolsonaro de levar a faixa de isenção do Imposto de Renda a R\$ 5 mil, as correções do projeto apresentado no Senado ajudariam a compensar o avanço da **inflação**, na avaliação de especialistas.

"Essa proposta vem melhor do que os R\$ 2.500 de limite da anterior. A faixa de isenção prevista ficaria menor, mesmo para quem ganha mais. Essa correção prevista no novo projeto deveria ser feita anualmente, já que o governo corrige outras tabelas, como a do **INSS**", opinou a conselheira do Conselho Regional de Contabilidade (CRC-ES) Mônica Porto.

Para o economista Eduardo Araújo, a atualização da tabela é positiva, mas o governo deveria discutir uma **reforma tributária** mais ampla, diante da dificuldade de financiar programas sociais, com o Auxílio Brasil.

"Falar somente do IR de pessoa física nesse momento não muda essa situação. A simplificação tributária é o maior gargalo das empresas. Precisamos de medidas que vão mais além dessas mudanças pontuais", disse.

O relator da proposta apresentou texto que amplia faixa de isenção para quem ganha até R\$ 3.300. Hoje, esse limite é de R\$ 1.903

O senador Ângelo Coronel, relator da reforma do Imposto de Renda (IR), apresentou uma nova proposta que aumenta o limite de isenção de imposto para cerca de 380 mil contribuintes no Espírito Santo.

A proposta reajusta a tabela do IR de pessoa física e amplia a faixa de isenção do rendimento atual de R\$ 1.903,98 para R\$ 3.300 mensais, beneficiando cerca de 19 milhões de pessoas.

O texto que já havia sido enviado pelo governo e aprovado pela Câmara dos Deputados será arquivado. Segundo o relator da proposta, as mudanças na tributação de empresas e dividendos contidas no texto eram ruins, o que motivou a apresentação de um projeto independente voltado ao IRPF.

Além de ampliar a faixa de isenção para R\$ 3.300, equivalente a três salários mínimos, o senador também reajustou as demais faixas da tabela.

"Essa proposta implica aumento de aproximadamente 68% no limite de isenção, fazendo também com que as rendas atualmente tributadas à alíquota de 7,5% fiquem isentas (até R\$ 3.300 mensais)", detalhou Coronel.

Pela nova proposta, a atual alíquota de 7,5% deixaria de existir. Pessoas com renda entre R\$ 3.300,01 e R\$ 4.250 pagarão 15% de imposto. Os rendimentos entre R\$ 4.250,01 até 5.300 pagarão 22,5%. Já para aqueles que têm rendimentos superiores a R\$ 5.300,01, a alíquota será de 27,5%.

O senador ponderou que, embora sua proposta tenha um impacto de R\$ 35 bilhões anuais, o aumento da arrecadação do governo compensaria a mudança.

"O crescimento estrutural da arrecadação do imposto de renda, advindo da **inflação** e de recuperação econômica pós-pandemia, segundo a Secretaria de Política Econômica do Ministério da Economia, promoverá um aumento de arrecadação de R\$ 60 bilhões anuais", escreveu.

O projeto apresentado por Coronel também busca evitar uma desatualização futura da tabela do IRPF, por meio de um mecanismo de reajuste automático dos valores.

Pelo projeto, sempre que a **inflação** acumulada, desde a última correção, passar dos 10%, o governo deverá corrigir a tabela do IRPF. O relator prevê que o texto possa ser votado no início de 2022, depois do recesso.

"Optamos segregar l m o que naquele projeto constitui matéria consensual e incontroversa"

Senador Ângelo Coronel

SAIBA MAIS

Reajuste de 73,3% na faixa de isenção

Projeto arquivado

APROVADO em setembro na Câmara, o texto de autoria do governo alterava a faixa de isenção do IR dos atuais R\$ 1.903,98 para R\$ 2.500 mensais, o que alcançaria 16,3 milhões de pessoas físicas.

ENTRE OUTRAS MUDANÇAS. O projeto previa o corte da alíquota-base de 15% para 8% do IRPJ (o governo queria redução para 12,5% em 2022 e 10% em 2023), além de corte da CSLL em até 1 ponto percentual (na maioria dos casos, cai para 8%).

AS ALÍQUOTAS sobre juros e dividendos ficaram estabelecidas em 20%, o que causou reações no setor empresarial.

Novo projeto

O NOVO PROJETO, apresentado pelo senador Ângelo Coronel, relator da proposta, prevê a elevação do limite de isenção de R\$ 1.903,98 para R\$ 3.300.

SEGUNDO o autor da proposta, mais de 19 milhões de contribuintes pessoas físicas ficariam isentos de IR, caso a medida seja aprovada.

O AUMENTO proposto por Coronel significaria um reajuste de 73,3% na faixa de isenção.

O PROJETO também acaba com uma

das faixas de cobrança do IRPF, a que prevê uma alíquota de 7,5%.

Alíquotas

AS FAIXAS SUPERIORES, por sua vez, permaneceriam as mesmas, com alíquotas de 15%, 22,5% e 27,5%. Nessas, o reajuste é menor.

A ALÍQUOTA MÁXIMA, por exemplo, seria cobrada de quem ganha acima de R\$ 5.300, 13,6% acima dos atuais R\$ 4.664,68.

ARENÚNCIA é estimada em R\$ 35 bilhões, mas seria compensada por maior arrecadação devido à inflação e crescimento econômico.

Correção constante

PELO PROJETO, sempre que a inflação acumulada, desde a última correção, passar dos 10%, o governo deverá corrigir a tabela do IRPF.

Jogo com ajudinha religiosa

Tainá Andrade

A Câmara dos Deputados aprovou, ontem, o regime de urgência para a tramitação do projeto de lei que legaliza os jogos em cassinos e bingos no Brasil. Foram 293 votos a favor e 138 contra. Mas isso só foi possível porque o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), costurou um acordo com a bancada evangélica para obter quórum suficiente para a aprovação do PL. A contrapartida era a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 200/216 ? que prevê a não incidência sobre templos de qualquer culto do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), ainda que as entidades abrangidas pela imunidade tributária sejam locatárias do imóvel.

Para a PEC, foram 393 votos favoráveis e 37 contrários em primeiro turno, e 376 a 30, no segundo. O texto é de autoria do ex-senador e ex-prefeito do Rio de Janeiro Marcelo Crivella (PRB-RJ), e é uma demanda antiga da bancada evangélica. Agora, vai à sanção do presidente Jair Bolsonaro.

Segundo fontes, o relator do PL, Felipe Carreras (PSDB-PE), acreditava que o grande problema do texto era reunir um quórum que garantisse a aprovação da urgência ? a do mérito em tese será mais tranquila, o que só será feito em fevereiro. Para obter a quantidade de votos suficiente em favor do texto, Arthur Lira entrou no circuito e fechou o acordo com o líder da bancada evangélica, deputado Cezinha de Madureira (PSD-SP).

A manobra foi mobilizar as bancadas e votar o PL e a PEC em sequência. Com isso, o presidente da Casa conseguiu manter o quórum elevado para o primeiro pleito, pois o interesse dos evangélicos era no segundo. Deu certo, e a proposta sobre a isenção de IPTU para templos religiosos que não tenham seus imóveis próprios passou folgadoamente em dois turnos.

Mal-estar

O acordo entre Cezinha e Lira, porém, causou desentendimento entre deputados da bancada evangélica, que ficaram irritados com a manobra. A maior parte contrária são parlamentares ligados a Silas Malafaia, chefe da igreja Vitória em Cristo.

"Em nenhum momento a Frente Parlamentar Evangélica negociou matérias, e eu tive posição contrária à pauta do PL dos jogos", indignou-se o deputado Eli Borges (Solidariedade-TO).

Lira, por sua vez, reagiu com indignação às reclamações contra o PL e chamou de "hipocrisia" a não regulamentação do jogo. "Todos sabem que tem cassino, todos sabem que existe bingo, que existe caça-níquel. Todos sabem que existem apostas virtuais, eletrônicas, que são debitadas em cartão de crédito e que pagam impostos no exterior", reagiu.

Sobre a PEC da isenção de IPTU, a ideia do relator, o ex-deputado Jorge Tadeu Mudalen (DEM-SP), era alterar uma interpretação do Supremo Tribunal Federal (STF) de que a imunidade tributária dos templos em relação ao IPTU é restrita aos imóveis de propriedade das entidades religiosas. Conforme salientou, as instituições religiosas "não têm lucro e, no mais das vezes, não têm recursos para adquirir imóveis. Na verdade, se essas entidades têm recursos em abundância, é desejável que elas os destinem a atividades de assistência social ou de serviços religiosos propriamente ditos". (Colaborou Fabio Grecchi)

O País entrou mal no período de Festas (Editorial)

Depois de seis meses de estagnação, a economia brasileira entrou mal no último trimestre do ano. Indústria, varejo e serviços caíram de novo em outubro, num ambiente de **inflação** elevada, juros em alta e amplo desemprego. Em **mais** um recuo mensal, desta vez de 0,4%, o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) sintetiza o estado precário dos negócios. Pela tradição, mais produção e mais empregos compõem o quadro de agosto a novembro, tempo de preparação das empresas para as Festas. Neste ano a história é diferente, e mais uma vez o Brasil do ministro Paulo Guedes e do presidente Jair Bolsonaro se desvia dos padrões considerados normais.

Três tombos marcaram o mês de outubro. A indústria produziu 0,6% menos que em setembro, as vendas do varejo foram 0,1% menores e o volume de serviços caiu 1,2%. Os três indicadores ficaram abaixo do patamar pré-pandemia, correspondente a fevereiro de 2020. Também o indicador do BC regrediu à fase anterior à covid-19. Em outubro o IBC-Br foi 1,48% menor que o de um ano antes e 1,89% inferior ao de fevereiro do ano passado.

No acumulado do ano, o índice do BC superou por 4,99% o de janeiro a outubro do ano passado. Em 12 meses cresceu 4,19% sobre o período imediatamente anterior. O resultado deste ano deve ser suficiente para tirar o País do buraco onde afundou em 2020, quando o **PIB** diminuiu 4,1%. Mas isso apenas levará o Brasil de volta ao nível de 2019, talvez com um ganho insignificante. A economia brasileira retorna, portanto, ao patamar do primeiro ano do governo Bolsonaro e - pior que isso - sem ter conquistado maior dinamismo.

Ao contrário: segundo a mediana das projeções do mercado, o Produto Interno Bruto (**PIB**) crescerá apenas 0,50% em 2022 e 1,90% no ano seguinte.

A única reforma importante realizada a partir de 2019 foi a da Previdência, deixada quase pronta pelo presidente Michel **Temer**. A mudança administrativa proposta no atual mandato é pouco mais que uma reforma do RH. Na área dos **tributos**, as mudanças defendidas pelo ministro da Economia têm ficado entre a mediocridade e o desastre. A obra-prima foi a tentativa de ressuscitar a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), uma

reconhecida aberração.

Em menos de um mês o presidente Bolsonaro completará três anos de mandato. Poderá apresentar, no balanço desse período, uma economia estagnada, com desemprego e **inflação** muito acima dos níveis observados no mundo rico e nos países emergentes.

A indústria, em retrocesso desde o fim da fase petista, estará em piores condições do que em 2019. Nenhum plano de revitalização econômica foi apresentado até hoje, nem há razão para prever um estilo de trabalho, em 2022, mais compatível com as funções de governo.

O IBC-Br serve aos analistas como prévia mensal do **PIB**, divulgado a cada três meses pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). É importante principalmente como sinalizador de tendência.

Os últimos números confirmam, sem surpresa, os efeitos de um prolongado desgoverno.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

JUSTIÇA SOCIAL OU RESPONSABILIDADE FISCAL? (Artigo)

ANDRÉ MARIANO Graduado em Gestão Pública pela
Universidade Federal de Pelotas (UFPel)

ANDRÉ MARIANO

Graduado em Gestão Pública pela Universidade
Federal de Pelotas (UFPel)

A tese de que a responsabilidade fiscal atrapalha a busca por justiça social persiste no debate público. A verdade é que as duas correntes não são excludentes - pelo contrário, são complementares.

A lógica é simples: para termos capacidade de investimento em políticas públicas que atendam às necessidades da população, o governo precisa ter saúde financeira. Para isso, não basta apenas honrar seus compromissos básicos - despesas com pessoal, fornecedores e pagamento de dívida pública há que se ter uma margem para realização de investimentos.

As diferenças nos modelos de gestão adotados pelos governos federal e estadual influenciaram diretamente a capacidade de realizar investimentos na área social, tão importantes neste momento de saída da pandemia e de agravamento das desigualdades socioeconômicas.

Com as crises sanitária e

econômica, o brasileiro tem de sobreviver ao coronavírus e à **inflação** crescente, enquanto assiste, paralisado, a sua renda encolher e seu poder de compra derreter. Não bastasse tudo isso, a Câmara dos Deputados protagonizou mais um episódio de completa desconexão com

o RS anuncia diversas frentes de investimentos públicos, com redução de **impostos** e até a devolução de ICMS às famílias de baixa renda

a realidade brasileira ao aprovar a PEC dos Precatórios, que autoriza o governo federal a dar calote em devedores com a justificativa de financiar pro-

gramas sociais.

Na contramão de Brasília, o Rio Grande do Sul anuncia diversas frentes de investimentos públicos,

com redução de **impostos** e até a devolução de ICMS às famílias de baixa renda.

Qual o segredo do governador Eduardo Leite, então? Responsabilidade fiscal e reformas. Diferentemente do governo federal, o governo estadual realizou profundas transformações na máquina pública, incluindo privatizações de estatais, que diminuíram a despesa pública e forneceram recursos extraordinários para a realização de investimentos - e sem comprometer a organização financeira.

Para avançarmos como sociedade, é preciso desmistificar o senso comum que propala a ideia equivocada de que justiça social e responsabilidade fiscal são conceitos antagônicos, sob pena de naufragarmos no mar do populismo governo após governo.

Site: <https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/gruporbs/?numero=20211217#page/1>

Urgência para legalizar cassino e jogo do bicho

Deputados aprovaram requerimento que deixa a proposta pronta para ser votada em plenário, o que deve ocorrer na semana de fevereiro

BRASÍLIA

A Câmara dos Deputados aprovou ontem requerimento de urgência para votar o projeto de lei que legaliza jogos de azar (bingo, cassino, jogo do bicho e corrida de cavalo). Ao todo, foram 293 votos a favor, 138 contrários e 11 abstenções.

Com a aprovação do pedido de urgência, a tramitação do projeto pula algumas etapas. O texto será analisado diretamente pelo plenário sem passar por comissões.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), favorável ao tema, anunciou que o mérito do PL será votado na primeira semana de fevereiro de 2022.

"Eu fui eleito com um compromisso único de ouvir e pautar interesses diversos da Casa. Essa questão da legalização dos jogos no Brasil tem de ser feita às claras, com muito debate, com todas as convergências e divergências", disse Lira.

O projeto, do relator Felipe Carreras (PSB-PE), enfrentou resistência da bancada evangélica. A votação para o requerimento seria inicialmente na segunda-feira, mas não aconteceu por falta de quórum, após pressão dos parlamentares evangélicos.

Na quarta-feira, o relator apresentou novo texto com 25 proposições.

No entanto, fontes confirmaram que Lira negociou um acordo para a bancada evangélica votar a pauta antes do recesso de fim ano em troca da discussão da PEC 200/2016, que prevê a isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) para templos religiosos cujos imóveis são alugados.

Para os apoiadores do projeto, a legalização de jogos seria responsável por trazer emprego e renda para o Brasil. Já os deputados contrários à pauta, que também incluem integrantes da bancada da segurança e saúde pública, acreditam que a liberação será responsável por lavagem de dinheiro.

O texto, que será um substitutivo a um projeto de lei elaborado em 1991, defende que a legalização de cassinos em resorts, bingos e apostas de cota fixa pode arrecadar cerca de R\$ 20 bilhões por ano em **impostos**.

O projeto sugere também que mais de 200 mil postos de trabalho seriam criados e outros 450 mil seriam formalizados. Os jogos poderão ser explorados por meio de unidades físicas e virtuais.

De acordo com o relator, apenas três dos 20 países do G20 não têm o jogo legalizado: Arábia Saudita, Indonésia e Brasil.

Projeto torna crime a prática ilegal

O projeto de lei que será votado pela Câmara dos Deputados - possivelmente na primeira semana de fevereiro de 2022 - e cuja urgência foi aprovada, aumenta as penas para quem explorar os jogos de azar sem licença.

Hoje é uma contravenção penal com três meses a um ano de prisão (mais multa). Passaria a ser um crime punível com até sete anos de cadeia

A proposta propõe que o mercado será regulado e supervisionado pela União, por meio da criação de um órgão ainda a ser definido.

Para funcionar legalmente, as empresas interessadas em desenvolver a atividade no País devem comprar em leilão uma licença para explorar a modalidade, cujo preço pode chegar a R\$ 200 milhões, como é o caso de cassinos integrados em resorts, por exemplo.

TRIBUTAÇÃO

"Estamos propondo nível de tributação que crie incentivos à formalização e à competitividade dos operadores brasileiros, em comparação com o mercado mundial. E que também gere recursos financeiros para que União, estados, Distrito Federal e municípios financiem políticas sociais", sugere parte do texto.

Benefício para MEIs e empresas

A Câmara dos Deputados aprovou ontem um projeto que permite a renegociação de dívidas para microempreendedores individuais (MEIs), micro e pequenas empresas que se enquadram no Simples. Planejado para dar um alívio aos empreendedores que sofreram com os impactos econômicos da pandemia, o programa tem potencial para renegociar até R\$ 50 bilhões em dívidas tributárias, com descontos e até 180 meses para parcelamento. Foram 382 votos favoráveis e 10 contrários.

O projeto, relatado pelo deputado Marco Bertaiolli (PSD-SP), já havia sido aprovado no Senado e será encaminhado para a análise do presidente Jair Bolsonaro (PL).

-As micro e pequenas empresa saem desse período de pandemia sufocadas pelos **impostos** e dívidas acumulados. É muito importante que tenhamos agora a oportunidade de organizar esses pagamentos, para que o empreendedor pague o atrasado e possa continuar operando e gerando empregos-disse Bertaiolli.

O projeto, por meio do Programa de Reescalonamento do Pagamento de Débitos no Âmbito do Simples Nacional (Relp), permite aos que aderirem ao refinanciamento pagar uma entrada, que pode ser parcelada em até oito vezes, e quitar o restante da dívida em até 180 meses (15 anos). Serão concedidos descontos a quem teve queda no faturamento. Quanto maior a retração, maior será o desconto.

Outro projeto que permitiria a renegociação de dívidas de empresas que não se enquadram no Simples também estava na pauta da Câmara, mas não havia sido votado até o fechamento desta edição.

Geração de empregos

O projeto estabelece um escalonamento para empresas que não tiveram redução do faturamento na pandemia até as que perderam mais de 80% dos ganhos. Os descontos variam entre 65% a 90% para o valor da multa e juros de mora e de 75% a 100% para os encargos legais. O deputado Helder Salomão (PT-ES) destacou a capacidade de geração de emprego dessas empresas.

- Os pequenos negócios são os verdadeiros geradores de emprego. Muitas empresas não conseguiram sustentar suas atividades durante a pandemia e, das que estão abertas, muitas não estão conseguindo honrar

os compromissos e merecem ajuda-disse o deputado.

O presidente do Sebrae, Carlos Melles, disse que o projeto aprovado na Câmara dos Deputados cria uma isonomia para os empreendedores neste momento de retomada da economia: - É uma medida que vai impactar milhões de pessoas que empreendem no país e precisam desse respiro para recomeçar - afirmou, z

Site: <http://extra-globo.pressreader.com/extra>

Doria põe mulheres na economia

GABRIELA CHABALGOITY*

O governador de São Paulo e pré-candidato à Presidência da República pelo PSDB, João Doria, apresentou, ontem, a equipe econômica que o acompanhará na campanha. O grupo é formado, principalmente, por mulheres. A composição da equipe consolida o plano que ele tem de ampliar a presença feminina em cargos de decisão.

Os escolhidos pelo pré-candidato foram Ana Carla Abrão, Vanessa Rahal Canado e Zeina Latif. A única presença destoante é a de Henrique Meirelles. Para Doria, consertar o Brasil é criar empregos e acabar com a fome. Além disso, segundo ele, é necessário tirar a "incompetência e substituir pela eficiência, colocando planejamento e gestão, ao invés de desmandos e corrupção".

"Nós não teremos um "Posto Ipiranga". Nós teremos uma usina de talentos. É com talentos econômicos, com experiência comprovada, que nós vamos fazer um programa econômico para o Brasil. Essa será a maior contribuição do PSDB", salientou o pré-candidato.

Uma das escolhidas para a equipe foi a ex-secretária de Fazenda de Goiás, Ana Carla Abrão, que teve passagem pelo banco Itaú. Outro posto foi dado a Vanessa Rahal Canado, ex-assessora especial no Ministério da Economia para a área tributária e professora na Fundação Getúlio Vargas.

Além delas, foi chamada, também, a economista-chefe da XP Investimentos, Zeina Latif. Por fim, o último convocado pelo pré-candidato é o ex-ministro da Economia e ex-presidente do Banco Central, Henrique Meirelles.

Segundo Doria, o grupo forma o comitê econômico responsável por elaborar políticas públicas capazes de superar a atual crise econômica, marcada pelo recorde de desemprego e pela inflação descontrolada.

A equipe econômica da pré-campanha de Doria vai elaborar um documento denominado Projeto Brasil: o melhor caminho para criarmos oportunidades para todos os brasileiros, com propostas que pretende aplicar caso o tucano consiga chegar ao Palácio do Planalto.

* Estagiários sob a supervisão de Fabio Grecchi

Risco-Brasil sobe e escancara falta de agenda positiva do governo - MERCADO S/A

AMAURI SEGALLA

Um dos balizadores do mercado financeiro é o índice CDS (Credit Default Swap), que mede o risco de se investir em um determinado país. Quanto mais alto for o indicador, mais arriscado é o lugar. Nesse aspecto, a pontuação atual não é nada animadora. O risco-Brasil chegou a 220,9 pontos, o que significa um avanço de 50% sobre o número observado no início do ano. Conclusão: o Brasil piorou ao longo de 2021. Não é preciso muito esforço para confirmar essa percepção. Na política, o clima é de permanente instabilidade? lembre-se de que a campanha eleitoral mal começou. Na economia, não há sequer uma agenda clara, nem os apoiadores de primeira hora do governo, como boa parte do setor produtivo, parece acreditar que será possível virar o jogo nos próximos meses. Enquanto isso, a **inflação** ultrapassa os dois dígitos e o consumo cai mesmo às vésperas do Natal. O Brasil encerrará 2021 com o pé do freio e iniciará 2022 em ponto morto.

Setor automotivo ignora diversidade

Alguns setores econômicos continuam refratários à diversidade. Segundo estudo realizado pela Automotive Business, em parceria com a MHD Consultoria, apenas 22% das empresas brasileiras do setor automotivo possuem programas para estimular a pluralidade no ambiente de trabalho. Alguns dados são chocantes: desde 2017, a participação feminina está estacionada em torno de 20% no quadro de colaboradores do setor. E mais: apenas 16% das cadeiras dos conselhos de administração são ocupadas por mulheres.

Inflação e queda de renda afetam movimento nos bares e restaurantes

Os donos de bares e restaurantes têm reclamado do movimento fraco nos estabelecimentos. Mesmo com a reabertura da economia e o avanço da vacinação, o cenário continua difícil. Em outubro, o faturamento do setor caiu 4,4% em comparação com o mesmo mês do ano passado, quando a pandemia não dava sinais de trégua. Os dados da pesquisa da Fipe, em parceria com a Alelo, são o retrato da crise econômica. A

queda da renda e a **inflação** alta causam impacto imediato no consumo.

O Boticário promete entregas no mesmo dia

O e-commerce abriu nova frente de batalha para empresas de diversos setores: a entrega mais rápida possível. A rede de produtos de beleza O Boticário passou a fazer a remessa de pedidos no mesmo dia em 40 cidades brasileiras, desde que as encomendas sejam feitas até às 12 horas. Na guerra das entregas, a logística tem se tornado uma área cada vez mais estratégica. Não à toa, startups especializadas no segmento têm sido disputadas a peso de ouro pelos líderes do comércio eletrônico no país.

» O iFood promoveu nesta semana o 1º Fórum de Entregadores do Brasil, evento que teve como foco escutar as demandas da categoria. Após os debates, os participantes assinaram uma carta-compromisso com medidas que serão implementadas para melhorar a rotina dos trabalhadores. O iFood tem 200 mil entregadores cadastrados em sua plataforma.

» Frances Haugen, a mulher que abalou o Meta, novo nome da holding que controla as marcas Facebook, Instagram e WhatsApp, vai lançar um livro sobre a sua experiência como gerente de produtos da empresa. Haugen expôs ao Congresso americano documentos internos do Facebook e o acusou de se preocupar mais com lucro do que com a segurança dos usuários.

» O mercado de aluguel de automóveis está agitado. Depois da fusão entre Localiza e Unidas, a Movida anunciou nesta semana a compra da Marbor, empresa que atua no segmento de gestão e terceirização de frotas. Segundo a Movida, o valor da transação gira em torno de R\$ 130 milhões, que serão pagos em duas parcelas.

» A Apple adiou pela quinta vez o retorno do trabalho presencial. A ideia era adotar o modelo híbrido a partir de fevereiro, mas o avanço da variante ômicron alterou os planos da empresa. Nos últimos dias, a Apple fechou três lojas nos Estados Unidos e Canadá após o aumento de casos de covid-19.

Juros: BC endurece discurso

rosana hessel

Após manter a taxa básica de juros baixa por um período maior que o necessário ? o que foi um erro, na visão de especialistas em política monetária ?, o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, vem adotando um tom cada vez mais duro ao falar sobre o combate à **inflação**. Ontem, ele disse que o foco do BC é ancorar as expectativas inflacionárias por meio das taxas de juros e descartou o cumprimento de metas secundárias de emprego e de atividade econômica ? sinalizando uma política monetária ainda mais contracionista, que pode por o país em recessão.

"Os exemplos brasileiros mostram que você tem que colocar o país em recessão para recuperar a credibilidade", disse Campos Neto, durante a apresentação do Relatório Trimestral de **Inflação** (RTI). O BC reduziu as previsões para o Produto Interno Bruto (**PIB**) deste ano e do próximo e elevou as estimativas de **inflação**, por conta da piora na conjuntura econômica e fiscal. Contudo, elas ainda continuam mais otimistas do que as do mercado.

Campos Neto lembrou a herança inflacionária recente do país para afirmar que é muito importante passar a mensagem de que o BC vai perseguir a meta. "O processo vai se estender até quando as expectativas fiquem ancoradas", disse. "Vamos ter, sim, uma elevação de juros com um crescimento econômico não muito elevado. Mas se isso for feito de forma a ter credibilidade, com transparência, é o melhor remédio para maximizar o crescimento futuro", afirmou.

Conforme os dados do relatório, o Banco Central reduziu de 4,7% para 4,4% a previsão de crescimento do **PIB** deste ano, e de 2,1% para 1% a do ano que vem. Enquanto isso, as projeções para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) passaram de 8,4% para 10,2%, em 2021, e de 3,7% para 4,7%, em 2022. A meta de **inflação** deste ano é de 3,75%, com limite superior de 5,25%. Para 2022, ela cai para 3,50%, com teto de 5%.

Apesar de o RTI sinalizar uma taxa básica de juros de 11,75% ao longo de 2022, devendo recuar para 11,22% no fim do ano, Campos Neto disse que ainda não é possível afirmar qual será o juro no final do próximo ano.

Nas novas projeções, o BC também elevou a estimativa de juro neutro, de 3% para 3,5%, o que indica política monetária mais contracionista, lembram

analistas. Pelas estimativas do ex-diretor do BC e economista-chefe da Confederação Nacional do Comércio (CNC), Carlos Thadeu de Freitas Gomes, com o atual ritmo de alta da Selic e a perspectiva de queda da **inflação** no ano que vem, os juros neutros podem subir ainda mais e chegar a 6%.

"O BC admite um choque de juros para trazer a **inflação** para a meta, o que acho desnecessário. As taxas de juros reais do primeiro semestre de 2022 podem chegar a 6% e, como a Selic deverá permanecer alta até o fim do ano, o comércio e a indústria vão sentir", avaliou Gomes. Ele disse não ter dúvidas de que o BC errou no diagnóstico e, agora, tenta correr atrás do prejuízo". Para Gomes, se o BC não se preocupar com as metas secundárias, "é provável" que o país entre em recessão.

Auxílio Brasil vai ajudar economia em 2022 difícil, diz ministro

Fábio Pupo

O ministro Paulo Guedes (Economia) afirmou nesta quinta-feira (16) que 2022 será um ano difícil e com crescimento afetado pelo aumento dos juros, mas que o Auxílio Brasil e os investimentos vão ajudar a atividade.

"Sim, será um ano difícil, mas cuidado com as previsões. Se erraram três vezes, podem errar quatro. É só ficar um pouco mais moderado, um pouco mais tranquilo, despolitizar um pouquinho a interpretação dos dados econômicos", disse, em entrevista à imprensa após reunião do conselho do PPI (Programa de Parceria de Investimentos), na qual não permaneceu para a sessão de perguntas.

De acordo com Guedes, os economistas sabem que o combate à **inflação** eleva os juros e gera desaceleração, desaquecimento e esvaziamento da recuperação cíclica. Para ele, a volta em "V" se completou e a questão é o que será visto daqui em diante em termos de crescimento.

"O ano que vem será resultante de dois vetores. Por um lado, o combate à **inflação**; por outro lado, a taxa de investimentos aumentando sistematicamente, a ampliação dos nossos programas de investimento e também o Auxílio Brasil -que é um programa forte de transferência de renda para 17 milhões de famílias. Esse consumo vai estar aquecido e do outro lado o investimento também está se aquecendo", disse.

Guedes tem intensificado o discurso sobre os investimentos privados, que foram apresentados a potenciais interessados recentemente durante viagem do presidente Jair Bolsonaro ao Oriente Médio.

Ele afirmou que a taxa de investimento (considerando recursos públicos e privados) está no ponto mais alto desde 2013, em 19,4%. "Isso significa uma reativação dos investimentos como não há desde 2013. Todo ano está subindo mais um pouco."

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49762&anchor=6447314&pd=f78b615f197e1113ca2012123080368a>

PEC pode dar até R\$ 35,5 bi para Bolsonaro elevar gastos em ano eleitoral

Idiana Tomazelli

A PEC (proposta de emenda à Constituição) dos Precatórios, ou do Calote, pode dar ao presidente Jair Bolsonaro (PL) um espaço extra de até R\$ 35,5 bilhões para gastar em ano eleitoral, estima a IFI (Instituição Fiscal Independente) do Senado Federal.

A proposta, cuja parte final foi promulgada nesta quinta (16) pelo Congresso, deve abrir uma folga total de R\$ 117,9 bilhões, nas contas do órgão.

Boa parte desse valor será destinada à ampliação do programa social, agora chamado de Auxílio Brasil, e à correção de benefícios previdenciários e assistenciais devido à **inflação** mais elevada.

O valor restante, calculado em R\$35,5 bilhões, poderá ser direcionado a outras despesas primárias do governo federal, segundo a IFI.

O Congresso carimbou a folga extra para uso em gastos obrigatórios ou vinculados à área social e à prorrogação da desoneração da folha de pagamento das empresas.

A medida, porém, não garante que o dinheiro seja usado exclusivamente para essas áreas, alertou o diretor- executivo da IFI, Felipe Salto.

"A vinculação foi uma iniciativa positiva do Senado, até porque gerou um debate maior, mas é muito difícil colocar carimbos no dinheiro público [pelo lado da despesa]. A vinculação da receita seria até mais efetiva", disse.

O diretor da IFI Daniel Couri explicou que, da forma como o texto foi escrito, o espaço ficou vinculado a despesas que já existem, não ao crescimento desses gastos. Por essa interpretação, a simples aprovação do Orçamento é suficiente para atender ao comando constitucional.

A divulgação do número pode colocar ainda mais pressão sobre o governo, que já tem precisado administrar diversos pedidos por aumento de gastos em ano eleitoral.

Bolsonaro, por exemplo, tem prometido reajuste salarial aos policiais federais. O Ministério da Justiça

calcula o impacto da medida em R\$ 2,8 bilhões, mas o Ministério da Economia trabalha para limitar esse valor.

A projeção da IFI para o espaço total aberto no teto de gastos -regra que limita o avanço das despesas à variação da **inflação**- é maior do que os R\$ 106,1 bilhões estimados pelo governo federal. A expansão mais significativa se deve à aceleração da **inflação**. Enquanto o governo prevê que o IPCA fechará o ano em 9,7%, a IFI estima variação de 10,4%.

Mesmo que a **inflação** encerre o ano mais próxima da estimativa do Ministério da Economia, o espaço extra para Bolsonaro gastar em 2022 ainda seria de R\$ 24,6 bilhões, segundo a instituição.

A PEC do Calote promove duas mudanças que abrem espaço no Orçamento. A primeira delas, já promulgada, é a mudança na regra de cálculo do teto de gastos, que passa a ser corrigido pela **inflação** verificada em 12 meses até dezembro do ano anterior -antes, era usado o dado de 12 meses até junho.

Nas contas do governo, essa alteração liberaria R\$ 62,2 bilhões, mas a IFI projeta um valor maior, de R\$ 73,2 bilhões.

A outra modificação é o teto para pagamento de precatórios, dívidas judiciais da União contra as quais já não cabe recurso. O limite vai permitir ao governo adiar a quitação desses débitos -por isso, a proposta ficou conhecida como PEC do Calote.

Segundo o órgão do Senado, o limite dos precatórios vai abrir outros R\$ 44,7 bilhões. O governo estimava um espaço de R\$ 43,8 bilhões.

Um terceiro fator também contribui para a folga extra para Bolsonaro gastar em 2022. Nas contas da IFI, as estimativas do governo para as despesas obrigatórias no ano que vem estão infladas.

A despesa adicional com reajuste de aposentadorias, por exemplo, é avaliada em R\$ 29,2 bilhões pelo governo. A instituição, por sua vez, espera acréscimo de R\$ 17,5 bilhões.

As diferenças se estendem às projeções de gastos assistenciais, com seguro-desemprego e com mínimos

de saúde e educação.

A ampliação de R\$ 54,6 bilhões no orçamento do Auxílio Brasil, proposta pela equipe de Guedes ao relator do Orçamento de 2022, deputado Hugo Leal (PSD-RJ), também seria menor. Na avaliação da IFI, o gasto adicional ficaria em R\$ 50 bilhões.

"O governo sempre tem essa tendência de ser mais conservador", disse Salto. Ele disse, porém, que os números ainda podem mudar e recomendou cautela antes de classificar as estimativas do governo como superestimadas.

No início deste ano, o Congresso fez cortes expressivos na previsão de despesas obrigatórias para turbinar emendas parlamentares, o que deixou o Orçamento maquiado. A equipe econômica precisou reverter parte das mudanças para conseguir honrar o pagamento de aposentadorias.

O cenário de mais gastos também deve levar a dívida bruta do governo a retomar a trajetória de crescimento no ano que vem. O órgão espera que o indicador encerre 2021 em 82,1% do **PIB**, subindo a 84,8% em 2022.

"A IFI destaca a perda de credibilidade associada às mudanças do teto de gastos e do regime de precatórios como ponto central a explicara deterioração do quadro prospectivo. Não se trata de um cenário de insolvência, mas de fragilidade das regras fiscais", disse o órgão.

A instituição também revisou sua projeção para o crescimento, na mesma direção de outros economistas e analistas do mercado financeiro. Nas contas da IFI, o **PIB** deve avançar 0,5% em 2022, após crescimento de 4,6% neste ano.

Antes, a projeção do órgão era que a economia brasileira avançaria 4,9% em 2021 e 1,7% no ano que vem.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49762&anchor=6447314&pd=f78b615f197e1113ca2012123080368a>

Após dispensa de Guedes, FMI fechará escritório no país

Fábio Pupo

O FMI (Fundo Monetário Internacional) vai encerrar seu escritório no Brasil até o ano que vem, após o ministro Paulo Guedes (Economia) expressar que o governo não precisa mais dos trabalhos da entidade no país.

"O FMI concordou com as autoridades brasileiras em encerrar o nosso Escritório de Representação em Brasília até 30 de junho de 2022" afirmou Joana Pereira, representante residente do FMI no Brasil, em nota.

Pereira afirma que o escritório foi aberto durante um acordo de assistência financeira do FMI em 1999 e que, embora o acordo do FMI com o Brasil tenha terminado em 2005, o escritório foi mantido para facilitar o diálogo entre o corpo técnico do Fundo e as autoridades.

"Esperamos que a alta qualidade do envolvimento do corpo técnico do Fundo com as autoridades brasileiras continue, à medida que trabalhamos para apoiar o Brasil no fortalecimento de sua política econômica e arcabouço institucional", afirma.

O anúncio é feito em meio a críticas de Guedes às estimativas da instituição, que chegou a prever nas etapas iniciais da pandemia que a economia brasileira teria uma queda maior em 2020. Medidas como o auxílio emergencial reverteram a tendência, e o ministro continua relembando as projeções do FMI em diversas ocasiões.

Na quarta-feira (15), Guedes afirmou que assinou documento em que expressava que o país não precisaria mais dos trabalhos in loco do Fundo - embora a decisão por manter ou não o escritório seria do próprio FMI. "Estamos dispensando, assinei há uma semana, pode passear lá fora", disse.

"Chama-se residente do FMI no Brasil, nós que credenciamos. Já pedimos que, em junho do ano que vem, feche o FMI [no Brasil]. Se eles [FMI] quiserem, mantêm o escritório. Mas nós oficialmente estamos dizendo que não precisamos tê-los aqui mais. Já há muitos anos que não precisávamos. Ficaram porque gostam de feijoada, futebol e de vez em quando criticar um pouco e fazer previsão errada", disse

Guedes.

Guedes usou o episódio para rebater também as críticas econômicas feitas por Ilan Goldfajn, ex-presidente do Banco Central, que assumirá cargo de direção no Fundo.

"Aparentemente, o ex-presidente do Banco Central criticou muito o Brasil e ele está indo para lá. É um bom economista, bom amigo, mas, se já tem um ponto de vista aparentemente bem crítico e bem negativo sobre o Brasil, ainda precisa de um representante aqui?", questionou Guedes.

Goldfajn, que é presidente do conselho do Credit Suisse, afirmou em entrevista ao portal Neofeed nesta semana que os investidores estrangeiros não estão fugindo do Brasil - eles "já fugiram".

BC corta pela metade projeção para **PIB** de 2022 e agora espera alta de 1%

No relatório de **inflação** anterior, de setembro, a previsão era de elevação de 2,1%. A estimativa do BC está acima das projeções do mercado. Nos últimos meses economistas têm reduzido as expectativas para o desempenho da economia no próximo ano. Com a deterioração do cenário econômico e aumento do risco fiscal, instituições financeiras e casas de análise esperam alta de 0,5% no **PIB** de 2022, segundo o relatório Focus desta semana. Há um mês a expectativa era de 0,93%. Para este ano, o BC espera crescimento de 4,4%, abaixo dos 4,7% projetados no documento de setembro.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49762&anchor=6447314&pd=f78b615f197e1113ca2012123080368a>

Explicando a recessão de 2014-16 - NELSON BARBOSA

NELSON BARBOSA

Fim de ano é tempo de retrospectivas, e resolvi avaliar nosso desempenho econômico recente, mas com uma narrativa diferente dos analistas de sempre.

Começo pela recessão de 2014-16, que vários críticos do PT atribuem somente a erros de política econômica. Passados cinco anos, é possível identificar pelo menos outras quatro causas para a recessão.

Em primeiro lugar, aponto a mudança do cenário internacional, com queda dos preços das commodities a partir de 2012 e colapso em 2014-15, quando o preço do petróleo chegou a cair para US\$ 30. Também houve desaceleração do crescimento chinês, com duas quebras da Bolsa de Xangai, em 2015 e 2016.

Juntando todos os fatores externos, estudos estatísticos estimam que 40% da recessão de 2014-16 tenha vindo de fora. Países com características semelhantes ao Brasil tiveram uma desaceleração equivalente a 40% do que ocorreu aqui.

O segundo determinante da recessão foi a grande seca de 2014-15. Vários estudos também demonstram correlação positiva entre índice de chuvas e **PIB** no Brasil. Quando há seca, aumentam os preços da energia e dos alimentos, derrubando a atividade econômica.

O oposto acontece em períodos de chuva abundante e, colocando as coisas no modelo estatístico, condições climáticas adversas explicam 10% da recessão de 2014-16. O choque climático foi agravado pela política econômica, pois em 2012 o governo cortou substancialmente as tarifas de energia, o que me leva ao terceiro ponto.

Sim, a política econômica de 2012-14 também causou parte da recessão de 2014-16 (autocrítica). Do lado fiscal, o governo Dilma tentou combater a desaceleração do **PIB** repetindo as políticas adotadas durante a crise financeira de 2008-09: desoneração e subsídio para empresas, crédito farto para estados e municípios e reforço nos programas sociais.

A aposta era que, como em 2008-09, a crise seria passageira. Na realidade, a crise durou quatro anos, de 2012 a 2015, e o governo foi gradualmente

esgotando seu espaço financeiro para sustentar o crescimento.

O resultado apareceu no Orçamento, com queda do resultado primário estrutural, mas, para não reconhecer o problema, o governo adiou despesas e antecipou receitas a fim de cumprir as metas fiscais. Naquela época, defendi que era melhor enfrentar a situação mudando as metas fiscais e compensando isso com reformas na Previdência e na tributação. Não foi o que aconteceu, e saí do governo em maio de 2013.

Faço uma pausa: todas as medidas fiscais adotadas em 2012-14 foram legais, segundo a regulação da época, não houve crime fiscal. O problema foi que a política fiscal era insustentável. A partir de 2013, todo o mundo sabia que algum ajuste fiscal era inevitável, mas, na ausência de sinalização pelo governo, as pessoas esperam o pior, desacelerando o consumo e o investimento.

Voltando, do lado monetário, o Banco Central também errou na mão a partir de 2013, demorando a ajustar o juro diante do aumento da **inflação**. Como estamos vendo agora, aceleração de preços e incerteza sobre quando a **inflação** voltará à meta do governo também prejudicam o nível de atividade. O erro foi corrigido em 2015, mas estou me adiantando.

Quanto da recessão de 2014-16 decorreu da política econômica de 2012-14? Um analista apressado diria 50%, dado que clima e economia mundial explicam os outros 50%, mas a questão não é tão simples.

Também houve o arrocho excessivo de 2015 (autocrítica) e dois choques institucionais adversos em 2014-16: a Operação Lava Jato e o golpe de 2016. Volto a esses três temas na próxima semana.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49762&anchor=6447314&pd=f78b615f197e1113ca2012123080368a>

Brasileiro consome 8,6 quilos a menos de carne em relação ao ano passado - VAIVÉM DAS COMMODITIES

MAURO ZAFALON

O brasileiro deixou de consumir 8,6 quilos de carne per capita neste ano, em relação ao anterior, considerando o consumo de carnes bovina, suína e de frango.

Além disso, houve uma substituição de proteínas mais caras por produtos mais em conta. Essa queda no consumo é resultado de um ano difícil tanto para a indústria de proteína quanto para os consumidores.

Do lado da indústria, os custos de produção foram bem mais altos neste ano. Quebra na safra de milho, exportações elevadas de grãos, principalmente de soja, energia mais cara e pressão do dólar nos insumos importados - o resultado foi uma elevação dos preços das proteínas.

Do lado do consumidor, o desemprego, a alta dos alimentos, a volta da **inflação** em geral e a falta de renda retiraram o poder de compra e afastaram muitos das proteínas.

Conforme dados de quinta (16) da Scot Consultoria, o consumo de carne bovina, perto de 35 quilos per capita nos anos anteriores, caiu para 25 quilos neste, redução de 29%.

Já o consumo de carnes de aves e de suínos está em alta, segundo Ricardo Santin, da ABPA (Associação Brasileira de Proteína Animal).

O consumo médio per capita de carne de frango subiu para 46 quilos neste ano, com evolução de 2%. Já o de carne suína foi a 16,8 quilos, com alta de 5% no ano.

Boa parte da queda do consumo de carne bovina se deve ao preço. A oferta de gado foi menor, os abates caíram, e as exportações, apesar da interrupção da China, se mantiveram aquecidas. O resultado foi uma elevação dos preços no varejo.

Considerando os dados da ABPA e da Scot Consultoria para essas três carnes, o consumo médio por brasileiro para este ano está estimado em 87,8 quilos, 8,9% abaixo dos 96,4 kg do ano anterior.

Alcides Torres, da Scot, destaca que, mesmo no período em que a China esteve fora do mercado brasileiro, o varejo não registrou queda da carne bovina.

Quando em vigor, o auxílio emergencial ajudava a absorver parte do impacto do aumento. Com a supressão do auxílio, o consumo cai.

Os frigoríficos estão em uma sinuca de bico, diz Torres. Já o varejo, que não conseguiu repassar preços na alta do boi, manteve os valores da proteína elevados no período de queda no preço da arroba, a fim de recompor margens.

Os repasses nos preços nas carnes vão continuar em 2022, segundo Santin. Haverá um aumento contínuo e diluído ao longo do ano, devido à mudança de patamar dos custos de produção. Estes não deverão ter fortes reajustes, mas ficarão estáveis na alta.

O executivo da ABPA avalia que o poder de renda da população não permite grandes aumentos, mas que o boi deverá ter reajustes para cima com o retorno da China. Com isso, as demais proteínas vão continuar ganhando espaço na preferência do consumidor.

Ele diz que alguns fatores devem permitir uma melhora no consumo de carnes no ano que vem. Esses alívios virão do aumento do salário mínimo, do Auxílio Brasil e de uma retomada da economia.

Com base nos dados de Torres e de Santin, dá para prever que, sem uma recomposição da renda do consumidor - o que não deverá ocorrer em curto prazo-, o consumo médio de proteínas deverá continuar achatado e com migração de produtos mais caros para os de menores preços.

A ABPA divulgou nesta quinta-feira os números do setor deste ano e expectativas para o próximo, A produção de carne de frango, que deverá ser de 14,35 milhões de toneladas neste ano, 3,5% a mais do que no anterior, poderá atingir 14,9 milhões no próximo.

As exportações continuam aquecidas, somando 4,58

milhões em 2021, com aumento de 8%, podendo chegar a 4,75 milhões em 2022.

Os números foram bons também para a suinocultura, cuja produção de carne atingirá 4,7 milhões de toneladas neste ano e 4,85 milhões em 20-22. As exportações passam de 1,13 milhão para 1,2 milhão.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=497>

62

A passeata de Guedes contra o FMI (Editorial)

O ministro da Economia, Paulo Guedes, conseguiu superar com folga a esquerda mais folclórica, aquela do "fora, FMI".

Hostilizado pelo ministro, o Fundo Monetário Internacional anunciou a decisão de fechar seu escritório de representação em Brasília. "Estamos dispensando a missão do FMI", declarou Guedes durante encontro com empresários na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

"Dissemos para eles fazerem previsões em outro lugar", acrescentou. Previsões sombrias têm sido rejeitadas pelo ministro, empenhado em mostrar ao mundo um Brasil próspero e bem ajustado, só existente em suas fantasias.

Mas o limite parece ter chegado quando Ilan Goldfajn, economista respeitado dentro e fora do País, foi nomeado para um importante cargo no Fundo, a direção do Hemisfério Ocidental.

Ex-presidente do Banco Central (BC), Ilan Goldfajn ocupa atualmente a presidência do Conselho do Crédit Suisse e assumirá o novo posto no próximo ano. Geralmente discreto, suas opiniões continuam sendo ouvidas e registradas com interesse. Serão necessários, disse ele recentemente, pelo menos dois anos de muito trabalho para reconduzir a inflação à meta.

"Passamos os últimos dois anos com incertezas fiscais, econômicas, políticas e institucionais. Um dia a conta vem", comentou no começo do mês em entrevista ao Estadão/Broadcast.

"Ilan também tem o direito de criticar", disse Guedes em sua fala na Fiesp. "Mas, já que tem um brasileiro que critica o Brasil indo para o FMI, ele não precisa mais ficar aqui", completou o ministro, um tanto confusamente.

Ninguém criticou "o Brasil". Goldfajn falou sobre a incerteza fiscal, o rompimento do teto e a inflação distante da meta, fatos conhecidos, inegáveis, incorporados nos cálculos do mercado e refletidos na instabilidade cambial. Dólar acima de R\$ 5,60 é um dos efeitos dessa desordem e da insegurança quanto à evolução das contas públicas. São façanhas

atribuíveis ao presidente da República e a sua equipe, com destaque para o ministro da Economia.

Guedes ainda se refere a um erro de previsão para sustentar seu discurso contra o FMI. No ano passado, o Fundo chegou a estimar para a economia brasileira uma queda de 9,1%, mais que o dobro da perda registrada, meses depois, nas contas oficiais (4,1%).

Houve um erro, de fato, mas alguns meses depois os técnicos do FMI começaram a rever seus números. Para este ano a projeção divulgada em outubro indica expansão de 5,2%, parecida, naquele momento, com a do mercado.

As novas estimativas correntes no setor financeiro, no entanto, já estão abaixo de 5%. Para 2022 o Fundo ainda prevê para o Brasil uma expansão de 1,5%, bem superior às do mercado, próximas de 0,5%.

Ao contrário de Guedes, economistas do setor privado, de escolas e de entidades internacionais, como o FMI, o Banco Mundial e a OCDE, costumam rever suas contas e avaliações. Todas essas instituições têm um currículo de serviços importantes à comunidade internacional.

O FMI, por exemplo, ajudou cerca de 90 governos a enfrentar os efeitos econômicos e sociais da pandemia, desde o ano passado.

Não por acaso essas organizações são valorizadas por governos de países de todos os grupos. A maior fatia de capital do FMI é controlada pelos Estados Unidos. A segunda maior, pelo Japão; a terceira, pela China. A da Rússia, bem abaixo na lista, supera a do Brasil.

A maior parte dos países-membros do FMI compõe grupos, para somar suas cotas e aumentar seu poder de voto.

Líder de um desses grupos, o Brasil ocupa um assento na diretoria executiva, órgão política e administrativamente importante.

Em várias ocasiões o governo brasileiro recorreu à instituição para enfrentar dificuldades cambiais e fiscais, mas conseguiu dispensar essa ajuda nas últimas duas décadas. Isso de nenhum modo reduz a

importância do Fundo ou de outra instituição multilateral.

Americanos, alemães e chineses sabem disso. Guedes, como seu chefe Bolsonaro, parece ter dificuldade para perceber o valor da ordem e da cooperação internacionais.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Pacote eleitoral pode superar R\$ 90 bi

ADRIANA FERNANDES BRASÍLIA

O pacote de medidas e promessas do presidente Jair Bolsonaro para buscar a reeleição em 2022 pode ter um custo superior a R\$ 90 bilhões, mais do que o dobro do previsto para o rombo nas contas do governo no ano que vem - um déficit de 0,4% do Produto Interno Bruto (**PIB**), R\$ 42 bilhões.

Se não fossem os gastos eleitorais, o déficit poderia ser praticamente zerado, mesmo com o benefício mínimo de R\$ 400 do Auxílio Brasil. O levantamento feito pelo Estadão inclui tanto novas despesas quanto renúncias tributárias.

"O presidente está numa toada desesperada por votos, e o único que segura a chave do cofre está em minoria política", diz o pesquisador do Insper Marcos Mendes, referindo-se ao ministro da Economia, Paulo Guedes - que vem cedendo às pressões de Bolsonaro por mais despesas, como o aumento a policiais. "O interesse do presidente em expandir gastos casa com o da maioria das lideranças do Congresso, com o objetivo de garantir suas próprias eleições." O custo adicional de R\$ 54,4 bilhões para o Auxílio Brasil está entre as medidas já acertadas. O planejado era fixar um valor entre R\$ 275 e R\$ 300, mas o presidente resolveu pagar os R\$ 400, aconselhado por seus ministros políticos. O pacote já conta como certo o vale-gás, com custo de R\$ 1,9 bilhão, despesa que será incorporada ao Orçamento pelo relator, deputado Hugo Leal (PSD-RJ).

A expectativa entre aliados é de que Bolsonaro ainda vai buscar a aprovação de outras medidas, como a correção da tabela do Imposto de Renda, promessa de campanha em 2018, com o aumento da faixa de isenção no início de 2022 para entrar em vigor no mesmo ano. Para a faixa subir dos atuais R\$ 1,9 mil para R\$ 2,5 mil, a renúncia seria de cerca de R\$ 23,5 bilhões.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

A saúde das contas externas - CELSO MING

CELSO MING

Um dos pontos positivos da economia brasileira é a situação das contas externas.

Trata-se da medida do fluxo de moeda estrangeira para dentro e para fora do País. Nos anos 70 e 80, período da grande crise da economia brasileira, a maior fragilidade estava concentrada nessa conta. A saída de dólares acabou por corroer as reservas internacionais e o Brasil foi obrigado a recorrer a empréstimos de emergência com o Fundo Monetário Internacional e a renegociar a enorme dívida externa contraída no período Geisel.

Foi quando o então ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, advertia: "A **inflação** aleija; o câmbio mata".

Essa calamidade ficou para trás, benefício que nem sempre é percebido. Isso é como respirar. As pessoas só dão valor ao ar quando enfrentam alta poluição ou problemas nas vias respiratórias.

Hoje, no quesito situação externa, o Brasil está bem tanto na foto como no filme, graças não só ao Plano Real, mas, também, à boa fase das exportações de commodities, também chamada de período de bonanza.

As reservas externas, principal colchão contra crises externas, são de US\$ 368 bilhões, o equivalente a 24 meses de importações, feitas as contas pela média do período que compreende o janeiro de 2020 até a segunda semana de dezembro de 2021; a balança comercial, onde são registradas exportações e importações, mostra expressivo superávit, apesar da retomada do consumo interno que se seguiu à crise.

No entanto, como mostra anexo do Relatório de **Inflação** divulgado pelo Banco Central nesta quinta-feira (veja a tabela), há coisas novas a considerar nesses fluxos de moeda estrangeira.

Vamos a algumas delas.

O déficit projetado para este ano na Balança de Pagamentos (Transações Correntes) saiu de US\$ 21 bilhões para US\$ 30 bilhões.

Esse aumento não preocupa.

Acontece em razão de dois fatores: do aumento das

importações em dólares, pois os preços de bens intermediários, como os dos fertilizantes, avançaram mais do que o previsto em consequência da desorganização das cadeias de suprimento; e da queda dos preços do minério de ferro e do aço.

As exportações continuam batendo recordes, graças ao vigor do agronegócio e à mineração de ferro, que indicam grande procura de alimentos e matérias-primas pela China.

Outro foco relevante aparece nos Investimentos Passivos.

Os investimentos (que levam o nome técnico de Investimentos Diretos no País) continuam refletindo a baixa confiança nos rumos da política econômica. Já foram de US\$ 102 bilhões em 2011, mas caíram a US\$ 38 bilhões em 2020. E não devem passar dos US\$ 52 bilhões neste ano, nível do qual não se espera grande melhora em 2022.

E, lembrando Simonsen, do mal da balança de pagamentos, o Brasil não corre riscos.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

BC reduz projeção de crescimento em 2022 para 1%

O Banco Central (BC) reduziu a estimativa para o crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) de 2022 de 2,1% para 1%.

A nova projeção consta do Relatório Trimestral de **Inflação** (RTI), divulgado ontem.

"Surpresas negativas em dados recentemente divulgados - que sugerem perda de dinamismo da atividade e reduzem o carregamento estatístico para o ano seguinte -, novas elevações da **inflação**, parcialmente associadas a choques de oferta, e aumento no risco fiscal pioram os prognósticos para a evolução da atividade econômica no próximo ano", explicou o BC, no documento.

O relatório também atualizou as projeções para o **PIB** de 2021. A expectativa para o crescimento este ano recuou de 4,7% para 4,4%. No mais recente relatório Focus, os economistas consultados pelo BC haviam projetado alta de 4,65% em 2021 e de 0,50% em 2022.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Inglaterra é o 1º país rico a subir juro para conter inflação

ANDRÉ MARINHO

O Banco da Inglaterra (BoE, na sigla em inglês) deu ontem o pontapé inicial em um movimento que pode chegar a outros bancos centrais de países ricos e ter impacto direto nos emergentes, como o Brasil (leia mais abaixo).

Com a **inflação** em patamares elevados para os padrões locais, hoje na casa dos 5% ao ano, o BoE elevou a taxa básica de juros de 0,10% para 0,25% ao ano.

Pode até não parecer muito, mas o sinal é inequívoco. A **inflação** preocupa e será necessário algum freio na atividade econômica para que volte à meta de 2%. Na quarta-feira, o Federal Reserve (Fed, o banco central dos Estados Unidos) já havia dado uma indicação nesse sentido, ao apontar para pelo menos três aumentos na sua taxa de juros em 2022.

Já o Banco Central Europeu (BCE) decidiu, ontem, manter inalterada a sua taxa, em -0,5%.

Mas anunciou também o início da redução do ritmo de compra de ativos a partir do próximo trimestre, finalizando até março de 2022 o programa emergencial de estímulos à economia montado no ano passado para reduzir os efeitos da pandemia da covid-19.

No caso da Inglaterra, a decisão de elevar os juros leva em conta o avanço dos preços. Os analistas do BoE projetam que a **inflação** ficará em cerca de 5% ao longo da maior parte do inverno britânico, atingindo pico de 6% em abril de 2022. O banco prevê que as métricas inflacionárias continuarão subindo nos próximos meses, impulsionadas sobretudo por energia, mas projeta desaceleração no segundo semestre do ano que vem.

SURPRESA. Embora alguns analistas cogitassem o aumento de juros, o mercado como um todo esperava que a taxa básica fosse mantida em 0,1%, por conta do impacto da variante Ômicron da covid no Reino Unido. O país voltou a endurecer restrições à mobilidade e registrou alta de casos.

A instituição cortou a previsão para o crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) britânico de 1% para 0,5%

no quarto trimestre ante o anterior, citando o efeito da Ômicron.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Emergentes como o Brasil sofrem impacto

Taxas de juros mais atrativas nos países desenvolvidos, como a anunciada ontem pelo Banco da Inglaterra, significam que os países emergentes, como o Brasil, terão mais dificuldade de atrair dinheiro de investidores, que sempre vão preferir a segurança maior proporcionada pelos países com economia mais estável.

Com isso, os emergentes precisam subir ainda mais as suas taxas, para se tornar mais competitivos. Mas taxas de juros mais altas comprometem o desempenho interno: investimentos ficam mais caros, dívida pública sobe, e a tendência da economia é recuar.

A favor dos emergentes, há a posição mais cautelosa do Banco Central Europeu.

A presidente do Banco, Christine Lagarde, disse ontem ser improvável que o BC aumente juros em 2022, e que nem tudo que acontecerá no Fed (o banco central dos Estados Unidos) será replicado pelo BCE. Segundo ela, a manutenção das taxas é essencial para garantir a estabilização da **inflação**. Lagarde destacou que o BCE espera que a **inflação** atinja a meta no médio prazo, e que vai se esforçar para que isso aconteça.

"A acomodação monetária ainda é necessária para que a **inflação** se estabilize em nossa meta de **inflação** de 2% no médio prazo. Dadas as atuais incertezas, precisamos manter a flexibilidade e a opcionalidade na condução da política monetária", disse ela, em discurso após decisão de política monetária do BCE. Sobre o cenário atual, destacou que há incertezas sobre o impacto da variante Ômicron na Europa.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Banco Central aponta inflação de 2 dígitos - DIRETO AO PONTO

O Relatório Trimestral de **Inflação** (RTI) divulgado ontem pelo Banco Central (BC) indicou um IPCA de 10,2% neste ano e de 4,7% no próximo, e ainda 3,2% em 2023. Os números estão na ata e no **comunicado** do último encontro do Comitê de Política Monetária (Copom) do BC. No RTI, o BC ainda informou projeção de 2,6% para 2024, menos que os 2,8% do documento de setembro. A estimativa para 2021 encontra-se muito acima da margem de tolerância da meta (3,75%), enquanto que para 2022 se aproxima do teto de 5%.

Petrobras aprova venda das ações na Braskem

O conselho de administração da Petrobras aprovou o modelo de venda de até 100% de suas ações preferenciais na Braskem, a ser conduzido por meio de oferta pública secundária de ações (follow on) em conjunto com a Novonor e a NSP Investimentos, ambas em recuperação judicial. Em fato relevante enviado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a estatal informa, ainda, que celebrou um term sheet com a Novonor, estabelecendo diretrizes para a migração da Braskem para o Novo Mercado, nível mais elevado de governança da B3.

Indústria do RS exporta US\$ 1,3 bi em novembro

As exportações da indústria de transformação do Rio Grande do Sul somaram 1,3 bilhão de dólares em novembro, 43,9% mais ante igual período de 2020. Foi o maior valor exportado para o mês desde o início da série histórica em 1997. "Superamos o pior momento da crise provocada pelo coronavírus, mas ainda enfrentamos obstáculos como escassez e preços dos insumos. Mesmo assim, dos 24 segmentos exportadores, 20 cresceram", observou o presidente da Federação das Indústrias do RS (Fiergs), Gilberto Porcello Petry.

Site:

<https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/index.jsp?serviceCode=login&edicao=10189>

Produtores rurais pedem cautela para 2022

O presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Goiás (Faeg), deputado federal José Mário Schreiner, recomenda "cautela" aos produtores quanto aos gastos com a atividade no ano de 2022. Reconstrução e cautela foram as palavras básicas em sua manifestação para superar as dificuldades. A recuperação econômica será gradual, porém mais lenta, acredita. O dirigente classista e a equipe econômica apresentaram, ontem, 16, o balanço do setor agropecuário em 2021 e perspectivas para o próximo ano na sede da entidade. Ele insiste na necessidade de um planejamento para conter os custos ascendentes dos insumos agrícolas. "As contas devem ser feitas no bico do lápis" observou.

Avaliar os últimos dois anos e as perspectivas futuras, José Mário comparou o agro a "um paciente internado pela pandemia do Covid 19, com as consequentes perdas de peso e o seu estágio de recuperação" Segundo ele, somente 2023 oferece estabilidade ao processo econômico como um todo e à cadeia do agronegócio em particular. Justificou a ponderação: as novas variantes viróticas, o desarranjo econômico mundial, os aumentos da energia, dos fretes dos transportes, inclusive dos navios, dos tratores e implementos agrícolas, desvalorização do real, do ano eleitoral, entre outros correlatos.

No decorrer de 2021, apesar do crescimento mais modesto da economia e **inflação** alta, o agro mostrou força. A cada US\$ 10 em vendas ao exterior por Goiás, US\$ 7,8 são em produtos do agro. Além disso, dados do mercado internacional apontam que sem o agro, a balança comercial goiana seria negativa em UR\$-3.1 bilhões. Além do ambiente econômico, as dificuldades climáticas em 2021 impediram que o estado registrasse mais uma safra recorde de grãos, mesmo com um crescimento de 1,6% da área plantada no ciclo 2020/2021.

Entre os desafios vivenciados em Goiás neste ano, o Instituto para o Fortalecimento da Agropecuária de Goiás (Ifag), aponta o longo período de estiagem durante a segunda safra, que levou a perdas na produção de milho, sorgo, girassol, trigo e cana-de- açúcar no estado.

Na pecuária, a produção goiana de carnes bovina, suína e de frango deverá fechar 2021 com um avanço de 2%, 5% e 18%, respectivamente. De janeiro a outubro deste ano, as vendas externas de carne bovina, em toneladas, subiram 1,1% ante igual período de 2020, e as de frango, 2,5%.

Já a estimativa para a produção leiteira e de ovos é de recuo em 2021 (de 1,5% e 3,0%, respectivamente), resultado de um processo de aumento maior nos custos de produção das atividades pecuárias, do que nos preços recebidos pelo produtor.

Outro desafio foi a elevação dos custos de produção, ainda de acordo com o Ifag, em outubro de 2020 eram necessários 27,07 litros de leite para adquirir um saco de 60 quilos de milho, já em igual período de 2021, para a mesma aquisição, seriam necessários 33,19 litros, alta de 23% em um ano. Esse incremento no custo operacional efetivo, no mesmo período em comparação, foi de 80,1% para pecuária de corte e de 42,3% para pecuária leiteira.

Por outro lado, destaca-se entre os avanços para o agronegócio em Goiás, o recorde na produção de soja, com a colheita de 13,1 milhões de toneladas na safra 2020/2021, e o Valor Bruto da Produção (VBP) goiana, que "ultrapassará os R\$ 95 bilhões em 2021" De janeiro a outubro de 2021, o agronegócio do Estado gerou US\$6,4 bilhões nas exportações, crescimento de 4,9% em comparação ao mesmo período do ano anterior.

Site: <http://impresso.dm.com.br/edicao/20211217>

BCs globais percorrem caminhos distintos

O Reino Unido se tornou ontem a primeira economia do G7 a aumentar as taxas de juros desde o início da pandemia, com o banco central norte-americano também sinalizando planos de aperto monetário em 2022, enquanto o Banco Central Europeu (BCE) apenas restringiu ligeiramente o estímulo.

Os diferentes caminhos percorridos por esses importantes bancos centrais sublinham as profundas incertezas sobre como a variante Ômicron, de rápida disseminação, atingirá a economia global e suas visões divergentes sobre a **inflação** teimosamente alta e os obstáculos nas cadeias de abastecimento internacional.

Eles também refletem o impacto desigual da pandemia nas principais economias do mundo. O chair do Federal Reserve (Fed), Jerome Powell, previu na quarta-feira que os Estados Unidos estão caminhando para o pleno emprego, aconteça o que acontecer - perspectiva remota para a maioria dos mercados de trabalho europeus.

As autoridades do Banco da Inglaterra (BoE, na sigla em inglês) aumentaram a taxa de referência de 0,1% para 0,25%, confundindo expectativas dos economistas de que ficaria em pausa. O BoE disse que a **inflação** deve atingir 6% em abril, três vezes a meta do BC.

"O Comitê continua julgando que há riscos bilaterais em torno das perspectivas de **inflação** no médio prazo, mas que algum aperto modesto da política monetária ao longo do período de projeção provavelmente será necessário para cumprir a meta de **inflação** de 2% de forma sustentável", afirmou o banco central britânico.

O BCE, que viu a **inflação** ficar abaixo da meta na maior parte da década passada, entretanto, manteve as taxas de juros e anunciou o fim de seu programa emergencial de compra de ativos - adotado durante a pandemia - em março próximo.

Mas o banco central da zona do euro prometeu copioso apoio conforme necessário por meio de seu há muito em operação Programa de Compra de Ativos (APP, na sigla em inglês), confirmou sua visão relaxada sobre a **inflação** e sinalizou que qualquer saída de anos de política monetária ultra-acomodatória será lenta.

"O Conselho do BCE avalia que o progresso na

recuperação econômica e em direção à sua meta de **inflação** de médio prazo permite uma redução passo a passo no ritmo de suas compras de ativos nos próximos trimestres", disse o órgão em **comunicado**.

O Banco do Japão (BoJ, na sigla em inglês) deve anunciar sua decisão de política monetária hoje. Com a **inflação** ao consumidor permanecendo praticamente ausente, apenas uma ligeira redução nas compras de ativos corporativos está em discussão na reunião.

O banco central da Noruega, que havia subido os juros em setembro na esteira de uma recuperação econômica, deu mais passos nessa direção com nova alta de juros ontem, como esperado, e disse que é provável que haja mais.

Também ontem, o Banco Nacional da Suíça manteve sua postura ultraflexível com uma taxa básica de juros fixada em -0,75%. A **inflação** suíça - embora esteja em alta - ainda deve ficar muito mais baixa do que em outros lugares, em apenas 1% no próximo ano e em 0,6% em 2023.

Site: <https://diariodocomercio.com.br/impreso/edicao-de-17-12-2021/>